



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

MAR-ABR/21 | Nº 409 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

COVID-19

**Pandemia ano I.
Lembramos os
colegas que nos
deixaram**

RACISMO

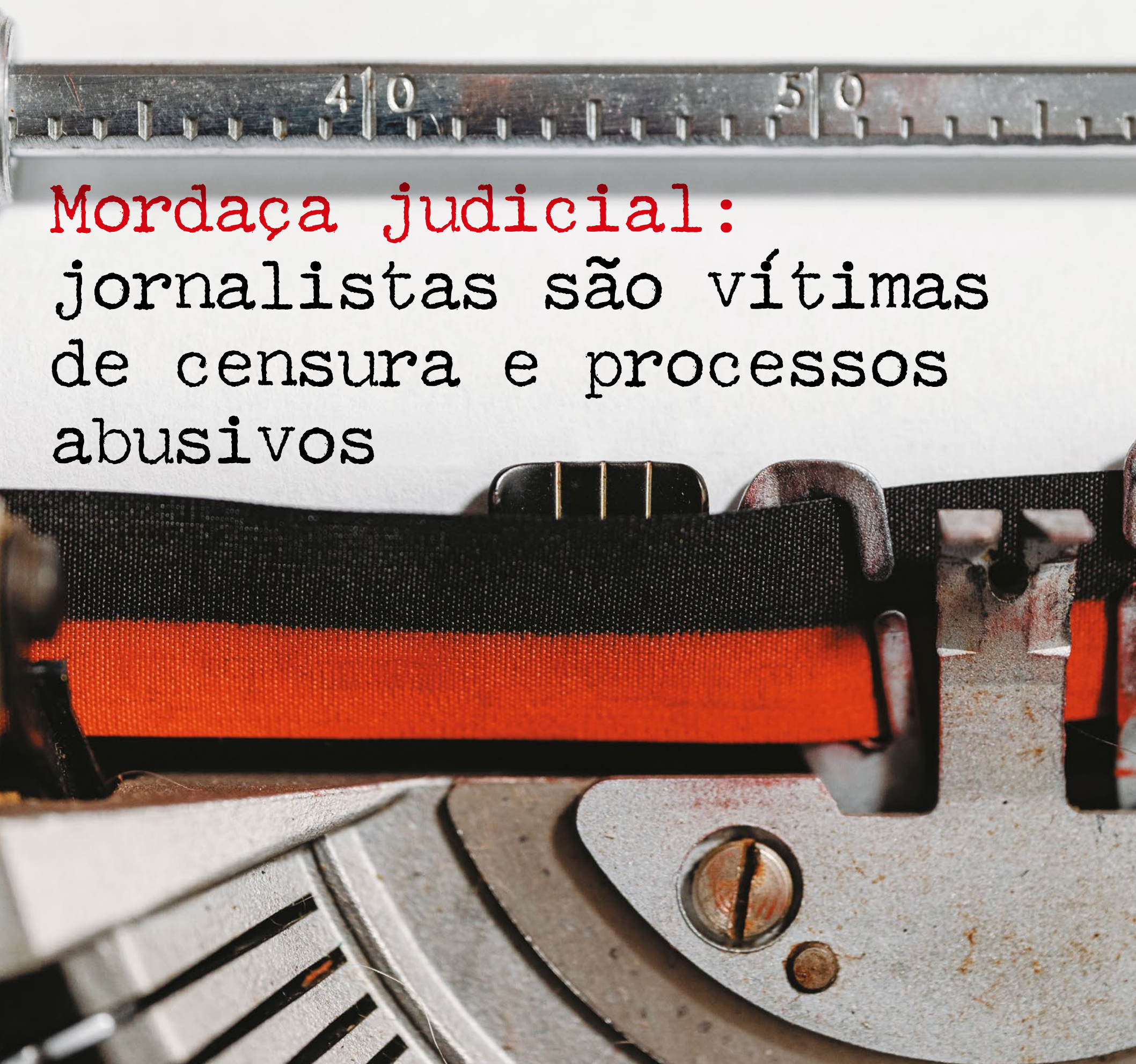
**Uma conversa
sobre a ausência de
negros (e negras)
nas redações**

SINDICAL

**Ofensiva
patronal versus
organização
da categoria**

ARTIGO

**Pejotismo é
modernização
das relações
de trabalho?**



Mordaza judicial:
jornalistas são vítimas
de censura e processos
abusivos

EDITORIAL

Lava jato, imprensa e sindicato

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), chacoalhou o Brasil em 8 de março ao anular as sentenças condenatórias contra o ex-presidente Lula, que não poderia ter sido julgado pela Justiça Federal de Curitiba (PR). Decisão correta, mas adotada com quatro anos e meio de atraso, com graves e irreparáveis danos ao país!

Especula-se bastante sobre as segundas intenções de Fachin, mas o fato incontes-

tável é que as comprovações tornadas públicas da ação criminosa de procuradores e juízes na Operação Lava Jato tornaram as condenações insustentáveis.

O amplo conhecimento do teor das conversas conspirativas, porém, não significa que as ilegalidades cometidas por Sergio Moro, Deltan Dallagnol e os demais não devessem obrigatoriamente estar no radar de todos os que têm, como norma, o compromisso com a democracia e com a verdade dos fatos. Há quase cinco anos, em 4 de abril de 2016, nota deste Sindicato protestava contra a violação ao sigilo de fonte do jornalista Breno Altman e afirmava: “A diretoria do SJSP já se manifestou contra os métodos da Operação Lava Jato que, em nome de combater a corrupção, atropela garantias constitucionais, como a neutralidade da Justiça, o direito ao processo legal e a presunção de inocência”. Os abusos eram visíveis à luz do dia para quem se dispusesse a enxergar para além da fumaça emitida pelas engrenagens políticas que preparavam o golpe.

O próprio motivo para anular agora as condenações já havia sido explicitamente registrado por nosso Sindicato, em 9 de abril de 2018: “O processo contra o ex-presidente Lula que o levou à prisão, segundo diversos juristas, é marcado por uma gama de excepcionalidades, por uma clamorosa falta de provas, pela violação ao princípio do juiz natural (...)” (grifo nosso).

Nossas posições buscaram sempre apoiar-se em fatos, tendo como norte a defesa das garantias profissionais e trabalhistas dos jornalistas e o fortalecimento da atividade jornalística. Condenamos o golpe de 2016 e o *lawfare* contra Lula por seu conteúdo antidemocrático e contrário aos direitos sociais, amplamente constatado em suas consequências – sobretudo nas reformas trabalhista (2017) e da Previdência (2019).

Rabo-presos do patronato

Frente à decisão, os editoriais da grande imprensa mostram perplexidade e inconformismo. Afinal, após anos de apoio acrítico à operação, vê-se agora surpreendida por uma decisão baseada em fatos simples e facilmente constatáveis. E onde estava o jornalismo?

Para tomar dois exemplos, a *Folha de S. Paulo* reclama da “barafunda” do STF, que gera “incerteza”, abstendo-se de analisar, mesmo tardiamente, o quanto investiu em investigação jorna-

lística sobre a questão do “juiz natural”. Não se porta como jornal, mas como empresa contrariada em seus interesses. A *Veja* passa ao largo dos fundamentos da decisão e resume tudo a lamentar a “manobra desastrosa”.

Nesse capítulo da história brasileira, os grandes veículos de imprensa cumpriram papel lamentável, de sustentação, propaganda e apoio às ações golpistas de 2016 e à instalação e às políticas dos ilegítimos governos Temer e Bolsonaro. Para tratar disso em profundidade, teremos de recorrer a livros. No âmbito deste texto, nos cabe apontar o alinhamento das empresas jornalísticas com a pauta regressiva instalada no país, agora sob o comando de Paulo Guedes, cujas condições de aplicação foram construídas pelo conjunto de manobras (ai sim!) golpistas em curso no Brasil nos últimos anos.

Defesa da profissão

Como categoria essencial, completamos um ano enfrentando os desafios de manter o jornalismo sob a pandemia. Não bastassem os riscos à saúde, fomos ainda atingidos pela legislação casuística que permite às empresas reduzir salários em até 25% sem acordo coletivo. No fechamento deste número, havia no forno uma nova edição de Medida Provisória retomando o mecanismo,

mas agora na forma (ao menos parcial) de “antecipação do seguro-desemprego”. A desfaçatez chega ao máximo! Em 2020, ao ter tal arma em mãos, boa parte das empresas não hesitou em usar. Resistiremos!

Tudo ressalta a importância do Sindicato para defender a categoria, suas condições de vida e a nossa profissão. Como entidade representativa do conjunto, não lhe cabe a função de “ombudsman” ou de crítica do noticiário geral (é antes um espaço aberto aos próprios jornalistas para debater as questões da profissão, como a “instrumentalização” promovida pela Lava Jato com profissionais e veículos). Mas cabe sim ao Sindicato analisar e expor o rabo-presos das empresas com interesses que se opõem aos dos trabalhadores, e seus impactos sobre o jornalismo.

Já ressaltamos a tensão permanente que nos atinge, como jornalistas, entre os compromissos, a missão e a ética profissional, por um lado, e as decorrências do poder de mando do empregador, por outro. Neste momento, joga-se uma forte luz nesse nó de nossa vida profissional.

O uso do Judiciário contra o jornalismo é a nossa capa. O país enfrenta grave crise institucional, envolvendo todos os poderes. O fato de que abusos e ilegalidades da “República de Curitiba” tiveram suporte por anos no STF dá uma medida da gravidade dessa moléstia no âmbito da Justiça. Ela se expressa também nas centenas de decisões arbitrárias, ações indenizatórias e de censura prévia para tentar calar jornalistas. Nossa resposta é a resistência, e a luta sem descanso pela afirmação das garantias e dos direitos sociais e democráticos.

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Reconhecimento

Na última edição, fechada em dezembro, trouxemos em rubrica de fotojornalismo o magnífico trabalho do repórter fotográfico Lalo de Almeida, sob o título “Pantanal em chamas”. Desde então, ele recebeu o prêmio Poy Latam, como “Fotógrafo Ibero-Americano do Ano”, e tornou-se finalista do World Press Photo, na categoria Meio Ambiente. Parabéns ao Lalo, por nos trazer imagens tocantes e informativas dos difíceis tempos nos quais vivemos. Essa é a missão do jornalismo!



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Priscilla Chandretti
Jornalistas Adriana Franco **Edição de arte**
Fábio Bosquê **Capa** Karolina Grabowska/
pexels.com (foto) **Revisão** Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo,
Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamil-
ton Ribeiro, Juca Kfoury, Larissa Gould, Lau-
rindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quin-
tanhilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini,
Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

**Artigos assinados não refletem necessa-
riamente a opinião do jornal ou do SJSP.**

Rua Rego Freitas, 530 – Sobreloja. CEP
01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Paulo Zocchi **Secretária-ge-
ral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças**
Cláudio Soares **Secretário do Interior** José
Eduardo de Souza **Secretária de Comuni-
cação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secre-
tário de Relações Sindicais e Sociais** André
Freire **Secretária de Sindicalização** Lilian
Parise **Secretária Jurídica e de Assistên-
cia** Evany Sessa **Secretária de Formação
Sindical e Profissional** Érica Aragão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Flávia Marx, Ana Mina-
deo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, José Au-
gusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele
Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sér-
gio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)

Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

DIRETORES REGIONAIS

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes
Campinas Marcos Rodrigues **Piracicaba**
Patrícia Sant’Ana **Ribeirão Preto** Aurení Me-
nezes **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Man-
tigueira** Fernanda Soares **Santos** Solange
Santana **Sorocaba** Fabiana Caraméz

DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Rober-
to Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio
Ramos, Ricardo Santana, Sérgio Borges e
Tânia Brandão **Campinas** Leila de Olivei-
ra e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana
Ferezim, Gustavo Franco Annunziato, Mar-
tina Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão
Ribeirão Preto David Radesca, Nilton Pinati
Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Al-
berto Ratton, Carlos Norberto Souza e Rey-
naldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo e
Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba,
Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Anto-
nio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila
e Victor Cruz

CONSELHO FISCAL

Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bon-
giovanni e Norian Segatto

COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala,
Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

sjsp.org.br
 unidade@sjsp.org.br
 /JornalistasSP
 /SindicatoJornalistasSP
 @JornalistasSP

DESTAQUE

UM ANO DE PANDEMIA

Por trás dos números, vidas!

Relatório da Fenaj aponta quase cem mortes de jornalistas por covid-19 até janeiro, com tendência de alta

por Norian Segatto*

Passava um pouco do horário do almoço daquela sexta-feira quando ansiedade e angústia cederam lugar ao desespero. Às 14 horas do dia 19 de junho de 2020, Laura Neworal Fava recebia a notícia de que sua filha, a jornalista Letícia Fava, de 28 anos, havia falecido por covid-19, pouco menos de dois meses após ter sido diagnosticada com a doença. “Não há como compreender essa fatalidade a não ser imaginar que esse era o destino e a missão dela”, diz Laura, sem esconder a emoção ao falar da filha, vítima precoce de uma pandemia que ceifa milhares de vidas, entre elas centenas de profissionais de imprensa.

Pesquisa realizada pelo Departamento de Saúde da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) revelou que, desde o início da pandemia no Brasil até o final de janeiro de 2021, pelo menos 93 jornalistas (da ativa e aposentados) perderam a vida depois de contrair a doença. Após essa data, outros colegas se foram.

Os dados podem não refletir a realidade das mortes na categoria, pois não existe um mecanismo oficial de registro dos casos. A pesquisa foi realizada por meio de buscas em jornais e blogs de todo o país, informações coletadas com os sindicatos de jornalistas de cada estado e relatos vindos diretamente de amigos e parentes das vítimas.

Segundo o relatório da Fenaj, São Paulo é o estado com maior número absoluto de casos, mas chama a atenção a incidência no Amazonas, que, com uma população dez vezes menor (4,2 milhões em AM ante 44,6 milhões em SP), registrou, no período, o mesmo número de mortes, 14, com tendência de aceleração a partir do início deste ano. O número de mortes em janeiro é maior do que a somatória dos três primeiros meses da série, indica o relatório.

Tô meio gripado

Se o gigantismo desses números choca, eles ganham contornos de tragédia quando se desnudam por trás deles nomes, rostos e vidas perdidas. Assim foi com Marcello Bitencourt, com José Paulo de Andrade, Joaquim Junior, Zildetti Montiel, Orlando Duarte, Vanusa Torchi, Letícia Fava e tantos outros.

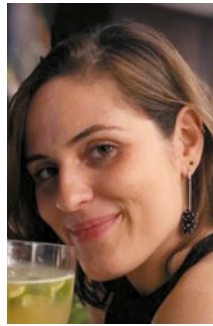
Foi assim também com Fernando Sandoval, de 78 anos, que nos deixou em 1º de maio. Ex-atleta olímpico, ganhador de uma medalha de prata em natação no Pan-Americano de Winnipeg, no Canadá, aos 25 anos, Sandoval se tornou jornalista com uma brilhante carreira. Nunca atrasou uma mensalidade em 37 anos de filiação ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP).

Aos 88 anos, o experiente jornalista Orlando Duarte sofria de várias comorbidades, dois aneurismas no coração, desvio de aorta e Alzheimer, segundo conta Conceição Duarte, com quem esteve casado por quase 40 anos. Ao falecer, três dias antes de completar 89 anos, o eclético jornalista esportivo estava com 49 quilos e bastante debilitado. “No atestado de óbito, a causa da morte está como covid-19, mas pelo estado de saúde dele não posso afirmar se ele morreu ‘de’ covid ou ‘com covid’”, afirma Conceição.

Se Orlando Duarte já apresentava um quadro de saúde grave ao contrair a doença, o mesmo não se pode dizer de Joaquim Junior, de 38 anos, jornalista proprietário da *Folha Regional*, de Ribeirão Branco (SP). “A morte dele foi um choque, ele tinha acabado de ganhar um processo contra a Câmara de Vereadores, estávamos comemorando e discutindo como o jornal iria cobrir as eleições. Ele se queixou: pô, tô meio gripado. Dias depois liguei para ele e fui informado de que havia sido internado, no dia seguinte foi intubado e faleceu na sequência, tudo muito rápido”, conta Ri-



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Da esquerda para direita, de cima para baixo: Orlando Duarte, José Paulo de Andrade, Joaquim Junior, Letícia Fava, Marcello Bitencourt e Zildetti Montiel estão entre os colegas que perdemos para uma doença que se disseminou incentivada pela necropolítica negacionista do governo federal

ÀS MILHARES DE VÍTIMAS DA PANDEMIA, AOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA QUE ARRISCAM DIARIAMENTE A VIDA, AOS FAMILIARES QUE SOFRERAM PERDAS IRREPARÁVEIS, NOSSA SOLIDARIEDADE



cardo Alcântara, que lembra com carinho do amigo e primeiro chefe. “Ele não tinha nenhuma doença, andava sempre de bicicleta, era um cara saudável, a morte dele pegou todo mundo de surpresa, houve uma carreata na cidade em sua homenagem”, conta o amigo. Joaquim Junior deixou mulher, uma filha adolescente e um menino.

O caso de Letícia Fava mostra que o vírus não afeta apenas idosos. Aos 28 anos, Letícia trabalhava havia quatro na Universidade do Futebol, em Jundiaí, como analista de mídias digitais. Era mulher de personalidade forte, exigente consigo mesma e com os colegas, características destacadas tanto por sua mãe, Laura, como por João Paulo Medina, idealizador e presidente da Universidade. “Como trabalhamos muito com EAD, sempre houve bastante trabalho remoto, o que se acentuou na pandemia, mas a Letícia fazia questão de ir algumas vezes por semana ao escritório para cuidar

das coisas, era uma pessoa muito dedicada ao trabalho, foi um enorme baque para nós a notícia de sua morte”, afirma Medina.

“Meu marido, minha filha mais nova e a Letícia contraíram covid. Meu marido fez a quarentena de 14 dias; na menor, a doença foi leve, mas na Letícia a febre não passava. Com os exames descobriu-se que estava com fibrose pulmonar como consequência da covid. Ela ficou 25 dias internada na UTI, nos falávamos todos os dias. Na véspera da morte, os rins pararam de funcionar. Era uma moça cheia de vida, de planos e viveu intensamente sua breve passagem”, lamenta Laura.

Necropolítica

O Brasil representa pouco mais de 2% da população mundial e responde por mais de 10% dos óbitos. Se o número salta aos olhos, perceber que em menos de dois meses somaram-se mais de 50 mil mortes é estarrecedor. No fechamento desta edição, o Brasil registrava quase 280 mil óbitos por covid-19.

A maior responsável pela posição do Brasil como o segundo país em que a pandemia mais mata é a necropolítica negacionista do governo Bolsonaro, mas empresas de comunicação também têm sua parcela ao expor trabalhadores a condições não seguras.

O presidente do SJSP, Paulo Zocchi, informa que “em 16 de março de 2020, o Sindicato encaminhou para as empresas o primeiro documento com medidas para serem adotadas em todas as redações visando preservar a saúde da categoria frente à pandemia. Em um primeiro momento, algumas empresas se negaram a discutir esses protocolos. Em alguns casos, como na Record e na CNN, o Sindicato encaminhou denúncia ao Ministério Público”.

Enquanto o governo genocida patrocina a morte e age com descaso pela vida, cabe a cada um, junto com sua entidade de classe, zelar por sua saúde e segurança e a de seus colegas. Às milhares de vítimas da pandemia, aos profissionais de imprensa que arriscam diariamente a vida (e os que ficaram pelo caminho), aos familiares que sofreram perdas irreparáveis, nossa solidariedade e alerta: enquanto esse governo perdurar, não haverá eficaz combate à pandemia. ■

Norian Segatto é jornalista, membro do Conselho Fiscal do SJSP e diretor do Departamento de Saúde da Fenaj

CAPA



QUANDO A JUSTIÇA É INSTRUMENTO PARA CALAR O JORNALISTA

por Priscilla Chandretti

“O

cerco imposto está me expulsando do exercício do jornalismo”, afirmou o jornalista Luis Nassif em texto de dezembro de 2020 no qual expôs a situação a que ele e o site *GGN*, o qual

chefia, enfrentam em decorrência de ações judiciais. Eram, à época, cinco processos que promoviam, simultaneamente, multas e bloqueios de contas do próprio Nassif, apreendendo rendimentos como aposentadoria, de sua esposa e da organização jornalística. As medidas atingem as fontes de receita para o funcionamento dos veículos e pagamento de salários. Desde então, outras ações avançaram no mesmo sentido, segundo ele informou ao *Unidade*.

Nassif avalia que há um caráter óbvio de perseguição, em virtude de sua atuação jornalística crítica a ações de tribunais, como no caso da prisão de Carmen Silva, coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC). “Em uma ação, o desembarga-

**O JUDICIÁRIO
SEMPRE FOI USADO
PARA O CERCEAMENTO
DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO. COM A
FALTA DE UMA LEI DE
IMPrensa, AÇÕES CIVIS
E PENAS SÃO UMA
FORMA DE INTIMIDAR
JORNALISTAS**

dor julgou que, se eu não quisesse dizer o que eu não disse, eu teria de ter sido mais claro. Outra, um simples caso de termos usado a foto de um homônimo em uma montagem, que você retira, corrige e solta um pedido de desculpa pelo engano, gerou um bloqueio de R\$ 30 mil. Há ainda a questão do tempo. Uma ação que corre há dez anos e outra há poucos meses chegaram ao mesmo ponto juntas”.

A primeira ação a que Nassif se refere foi movida pelo Movimento Brasil Livre (MBL), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski suspendeu a indenização. Segundo as informações do profissional, há ainda ação de autoria do desembargador Luiz Zveiter, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na qual o jornalista e o veículo são condenados a pagar, imediatamente, R\$ 100 mil. Do mesmo TJRJ em que atua Zveiter, decisão em outro processo impôs confisco e bloqueio no valor de R\$ 50 mil na conta corrente de Nassif e em todas as fontes de receita do *Jornal GGN*, sem nenhum limite definido, em uma condenação por difamação contra o ex-deputado Eduardo Cunha. Por fim, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), processou o *GGN*, pedindo indenização de R\$ 50 mil, em razão de um artigo publicado no site. O juiz aumentou, de ofício, para R\$ 100 mil.

Judicialização do jornalismo

O uso do Judiciário para cercear a atividade jornalística ocorre de diferentes formas. Para o professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Carlos Augusto Locatelli, “talvez os grandes casos, os emblemáticos, como o do Luis Nassif, tenham mecanismos jurídicos diferentes do que [os jornalistas] estão sofrendo na base”. Ele orientou uma pesquisa de mestrado do jornalista Caetano Machado sobre processos judiciais movidos contra a imprensa. O *Unidade* conversou com os dois.

Em um levantamento no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Machado encontrou 578 ações de danos morais movidas contra jornalistas e/ou organizações jornalísticas, que tiveram decisão entre 2010 e 2017. Ele ressalta que não pesquisou outros tipos de processos, e que suas informações dizem respeito apenas às ações que chegaram à segunda instância. “É difícil rastrear e quantificar o que acontece na primeira instância. Nós não temos nem ideia do tamanho disso, acho que ninguém tem”, afirma.

Locatelli vê nesses números um fenômeno de judicialização do jornalismo, algo que seria uma das faces da judicialização da vida. “As pessoas não querem mais nem conversar com o jornalista, escrever carta para a redação, apresentar sua versão.” Em vez disso, já “chamam no processinho”, como se diz nas redes sociais.

O alto número de ações judiciais tem a ver, segundo o professor, com o fato de as pessoas serem mais sabedoras dos seus direitos. Por isso, ele não vê apenas aspectos negativos nesse fenômeno. E levanta outros fatores. “Tem a ver com o acesso à Justiça ter se tornado mais fácil e barato. *Tu* entra pela internet, não precisa nem de advogado. E, do ponto de vista ideológico, a polarização política leva à não aceitação da outra versão, que é uma das bases do jornalismo.”

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga, considera importante enfrentar a perseguição judicial como atividade permanente, e não vê um agravamento do problema neste momento. A Federação publica anualmente o *Relatório Anual de Violência Contra Jornalista e Liberdade de Imprensa no Brasil*, que registra, entre outros, casos de censura e de cerceamento da liberdade de imprensa por ações na justiça. Ela afirma ser provável que haja subnotificação, pela indisponibilidade de dados.

“O Judiciário no Brasil tem sido historicamente utilizado para tentar cercear a liberdade de imprensa e o direito ao exercício da profissão de jornalista. A gente não pode afirmar que hoje há mais ações que no passado recente ou no passado longínquo”, afirma Braga.

Mas Locatelli e Machado avaliam que há pelo menos uma mudança relacionada com o acesso à Justiça. “Quem move os processos por danos morais, a maior parte, são pessoas comuns. E essa é a diferença.” O advogado Alexandre Fidalgo, especialista em causas ligadas à defesa da liberdade de imprensa e de expressão, tem avaliação parecida. Para ele, eram mais comuns processos que tinham por finalidade sustentar, a um partido ou bancada política, o discurso de perseguição da imprensa e a afirmação de que todo o publicado constitui “mentira”.

Censura colateral

A notícia: uma mulher conseguiu no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) uma indenização por ter sido publicamente acusada de racismo por uma ex-funcionária. A condenada, Luanna Teófilo, havia feito postagens relatando que sua superiora teria dito “tira isso”, ao vê-la com tranças. Por isso, foi processada por danos morais em decorrência de “ofensa à honra”.

Com base nos autos da ação, que não estão em segredo de justiça, os sites *Ponte Jornalismo* e *Alma Preta* fizeram uma matéria que reportava o julgamento, dando à acusada espaço para apresentar sua versão. A decisão do desembargador relator do processo, no entanto, ordenou a retirada do conteúdo de ambos os sites, e também do *Yahoo Notícias* e da Rádio Jacutinga, onde tinha sido republicado.

Luanna foi proibida pelo TJSP de falar sobre o suposto ato racista e, em resposta a um embargo de declaração, o desembargador Piva Rodrigues estendeu a proibição aos veículos de comunicação. “A decisão não só calou uma mulher negra, como calou todos os veículos que quiseram ouvir a mulher negra”, resume Fausto Salvadori, chefe de redação da *Ponte*.

Ele afirma: “Quando a gente fala de liberdade de expressão, a doutrina mais estabelecida é a de que todo mundo é responsável pelo que diz e pode vir a responder pelo que afirmar, parece razoável. Ela está sendo obrigada a indenizar a pessoa a quem acusou, o que faz parte do jogo democrático. Mas, a sentença vai além: impede inclusive veículos de comunicação de noticiar a acusação e como se desenrolou.”

Nenhuma das organizações jornalísticas é parte do processo (movido pela ex-chefe contra a ex-funcionária) ou foi ouvida antes da decisão. “Censurar um veículo de comunicação parece ser tão sem importância, tão corriqueiro, que pode ser feito em um embargo de declaração, sem chance de defesa aos veículos mencionados. No começo, a gente teve até dúvida de como se defender, porque a decisão foge do que vimos, mesmo em casos de censura – e não é a primeira vez que lidamos com isso. Mas nesse caso fomos como dano colateral”, afirma Salvadori. A *Ponte* recorreu ao STF.

O caso de censura descrito acima se soma a outros em vigor, hoje, no Brasil. A TV Globo, por exemplo, foi proibida em dezembro de exibir documentos sobre a denúncia de “rachadinha” de Flávio Bolsonaro, o que classificou como um “cerceamento à liberdade de informar, uma vez que a investigação é de interesse de toda a sociedade”. O site *Atilados*, também em dezembro, foi obrigado a tirar uma matéria do ar e interromper a série de reportagens que produzia.

“Felizmente, para todas as ações de que a Fenaj tem conhecimento que chegaram ao STF, foi preservado o princípio da liberdade de imprensa, inclusive ações propostas por membros do Judiciário ou do Ministério Público”, relata Maria José, da Fenaj. Mas justiça que tarda, falha. A censura a uma notícia no momento em que sua veiculação é de interesse público, mesmo se posteriormente revertida, é prejuízo que não tem volta.

E só lembrar o caso mais notável de censura prévia recente, cometido justamente por membros da mais alta corte do país. Em outubro de 2018, os pedidos dos jornalistas Mônica Bergamo e Florestan Fernandes para entrevistar Lula, então preso em Curitiba, foram negados pelos ministros Luiz Fux e Dias Toffoli sob o argumento de que a entrevista “poderia confundir o processo eleitoral” então em curso. Mesmo que a decisão tenha sido revertida meses depois pelo próprio Toffoli, o objetivo central da censura, a tentativa de tolher o debate político às vésperas da eleição, foi alcançado.

Quando o autor da ação está de toga

Maria José Braga, da Fenaj, levanta outra preocupação. “O mais grave é quando os próprios operadores do Judiciário atentam contra a liberdade de imprensa, por meio de ações que propõem. Juízes, procuradores, promotores deveriam buscar resguardar a legislação e, em última instância, a liberdade de imprensa. Isso é muito grave, até porque nós temos um Judiciário altamente corporativo.”

Um exemplo é o processo movido pelo juiz Rudson Marcos e pelo promotor Thiago Carriço de Oliveira contra o site *The*

EFEITO BOLSONARO

“A chegada da extrema direita ao poder afeta não só o Executivo, onde eles estão instalados, o Legislativo, com deputados com essas posições, mas todos os setores da sociedade. Todos os que têm essas posições se sentiram legitimados a levar posturas autoritárias, estão se sentindo livres para agir nesse sentido.” A avaliação é de Fausto Salvadori, chefe de redação da *Ponte Jornalismo*. “Algo que até então se manifestava muito claramente na forma como esse setor trata a população pobre e negra no Brasil, começa a chamar atenção porque também se volta contra a elite intelectual, jornalistas.”

Carlos Locatelli, professor da UFSC, pontua: “O bolsonarismo tem usado diversas estratégias para silenciar. Mas ele tem um grande efeito: está nos permitindo ver de forma cristalizada várias características da sociedade, e uma delas é essa. O fenômeno é mais amplo, ninguém tem dimensão.”



DIVULGAÇÃO

“UM DESEMBARGADOR JULGOU QUE, SE EU NÃO QUISESSE DIZER O QUE NÃO DISSE, TERIA DE TER SIDO MAIS CLARO”

Luis Nassif

CAPA



DIVULGAÇÃO

“EM ALGUMAS REDAÇÕES, O ADVOGADO VIROU O MELHOR AMIGO DO EDITOR” Carlos Locatelli



ARQUIVO PESSOAL

Intercept Brasil. Em dezembro, a juíza Cleni Serly Rauen Vieira, de Florianópolis, determinou edições na reportagem de Schirlei Alves sobre o julgamento do estupro de Mariana Ferrer, que viralizou pelo uso da expressão “estupro culposos”, em sentido figurado, segundo o site. *The Intercept Brasil* alega que sua defesa não foi ouvida antes da decisão.

Marcos e Oliveira pedem indenizações de R\$ 450 mil e R\$ 300 mil, respectivamente, por danos morais. Sobre isso, citamos texto de Leandro Demori, editor executivo do site, e Paula Bianchi, editora: “Para se ter ideia do absurdo do pedido feito pelos dois, em uma sentença de primeira instância, a justiça brasileira havia decidido que a mãe de um jovem de 17 anos que foi morto após ser entregue por militares do Exército a traficantes deveria receber apenas R\$ 50 mil reais. Para Oliveira e Rudson Marcos, suas próprias honras valem, juntas, 15 corpos negros assassinados pela mão do estado”.

Qual o efeito sobre o jornalismo?

Essa pergunta foi levantada pelo professor Carlos Locatelli, da UFSC. O primeiro deles é uma mudança na rotina jornalística de algumas organizações, por conta da ameaça processual. “Em algumas redações, o advogado virou o melhor amigo do editor”, afirma.

“A gente tem visto aqui, pelo menos para certos assuntos, o chamado ‘jornalismo sem nome’. ‘Um empresário matou ontem sua esposa em algum lugar’. A gente não sabe nada com essa notícia, mas é porque há o medo de que a pessoa, se for absolvida da acusação, processará o jornal. Nós temos dezenas de casos assim. Ele vai alegar que a exposição de seu nome trouxe prejuízos irreparáveis. E isso mesmo se a matéria for feita com base em documentos públicos, de fé pública”, explica o professor.

Locatelli lembra que há, claramente, um impacto financeiro. “A principal ameaça ao jornalismo é a da falência. Um processo por dano moral é rápido, e pede dinheiro. O valor fixado muitas vezes inviabiliza a vida dos jornalistas, ainda mais se você pensar em freelancers que não têm a estrutura de uma organização jornalística por trás.”

Fausto Salvadori, da *Ponte*, também aponta que, para os veículos independentes e menores, o custo com a manutenção de uma estrutura jurídica impacta a capacidade de atuação. “O que a gente gasta com assessoria jurídica, poderíamos gastar com um repórter fixo. Nós temos dois, perdemos 1/3 do que poderia ser a nossa equipe.”

Luis Nassif ainda lembra: “O problema é quando [a ação] vai para Brasília. Qual a estrutura que um site independente tem para isso? Eu ainda estou dando sorte de estar recebendo muito apoio”.

Em 2018, o Sindicato dos Jornalistas entrou com um pedido no Tribunal de Justiça para defender os direitos de André Rizek: incluído como corréu em processo motivado por uma reportagem na revista *Placar* em 2001, o jornalista foi condenado a arcar sozinho com o pagamento de uma indenização superior a R\$ 500 mil, após a Editora Abril entrar com pedido de recuperação judicial, o que impediu a empresa de ser executada por dívidas. Em setembro de 2020, Rizek pagou cerca de R\$ 400 mil e encerrou o processo, tornando-se credor da Abril — apesar do calote, vale lembrar que a editora é signatária da Convenção Coletiva de Jornais e Revistas da Capital, que determina às empresas custear todas as despesas. A justiça será feita? ➔

À esquerda, o professor Carlos Locatelli, da UFSC. Maria José Braga, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, à direita

Sai Lei de Imprensa, fica vácuo

Por Adriana Franco

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a Lei de Imprensa (Lei 5250/67) sob o argumento de que a então legislação, criada durante a ditadura militar, era incompatível com a ordem constitucional vigente, ou seja, com a Constituição Federal de 1988. Criada a partir de uma ótica punitiva e cerceadora da liberdade de expressão, a norma foi totalmente excluída do ordenamento jurídico, mesmo que alguns ministros tenham, na época, discutido sobre um possível vácuo legislativo. A conclusão, no entanto, foi a de que o direito de resposta, garantido pela CF 1988, supria a lacuna.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) defende que houve falha do Supremo ao derrubar integralmente a Lei de Imprensa, inclusive o direito de resposta. “Ela tinha, claro, aspectos inconstitucionais, mas tinha outros perfeitamente constitucionais, como o próprio direito de resposta, que está consagrado na Constituição e estava regulado na Lei de Imprensa. Então, quando o STF derruba a lei, cria um vácuo legal, que foi parcialmente superado com um projeto de lei do Senador Roberto Requião”, declarou a presidente da entidade, Maria José Braga.

A Fenaj, inclusive, defendeu a aprovação do substitutivo Vilmar Rocha, de 1997, ao Projeto de Lei (PL) 3232 de 1992, que chegou a ser aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara. No entanto, o projeto de lei foi arquivado em razão da aprovação do PL 6446/2013 apensado. O PL tornou-se a Lei 13188/2015, que trata apenas do direito de resposta.

O projeto arquivado previa, por exemplo, o fim da pena de prisão para jornalista. Braga afirma: “Para nós, nenhuma pena pecuniária é mais grave do que uma pena de privação de liberdade, a qual nós consideramos que é sempre desproporcional ao delito. E a

gente lembra que recentemente tivemos jornalistas combinados à prisão.”

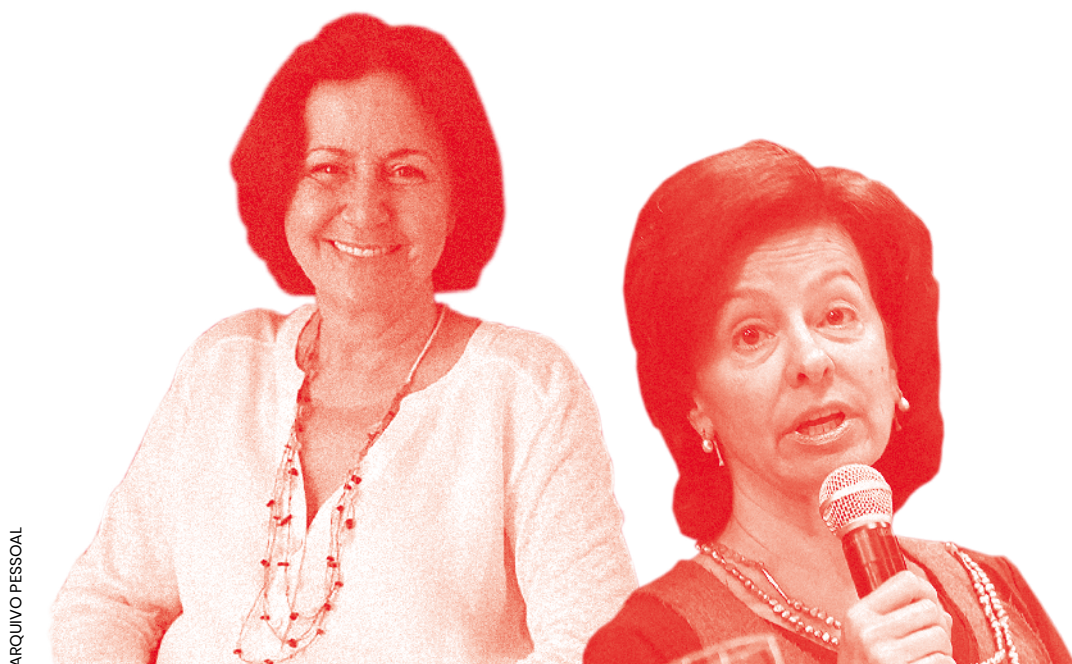
É o caso do jornalista Amaury Ribeiro Junior. Em dezembro passado, uma juíza de primeira instância o sentenciou a 7 anos e 10 meses de reclusão. Outras quatro pessoas foram também condenadas. A pena é pelo suposto crime de “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público” para ter acesso a dados protegidos por sigilo fiscal de Veronica Serra, filha de José Serra, e do então vice-presidente executivo do PSDB, Eduardo Jorge, em 2010. Foi quando Amaury escreveu o livro-reportagem *A privatária tucana*.

No processo, o jornalista afirma que “jamais pagaria pela obtenção de dados fiscais sigilosos de qualquer cidadão”, e sua defesa sustenta que “estão ausentes indícios minimamente críveis de que Amaury tenha concorrido para a prática das infrações penais apuradas” (informações de *O Estado de S. Paulo*).

Para superar o vácuo ainda existente, a Fenaj defende a criação de uma Lei de Imprensa que aborde questões importantes para a defesa da liberdade de imprensa e para o livre exercício profissional (veja no box abaixo). ➔

A Federação Nacional dos Jornalistas destaca pontos indispensáveis em uma lei que garanta direito aos jornalistas e preserve a liberdade de imprensa.

- ➊ fim da pena de prisão para jornalistas;
- ➋ delimitação das penas pecuniárias à capacidade real do penalizado e dos veículos;
- ➌ cláusula de consciência: possibilidade de recusa à assinatura de matéria editada de forma com a qual o jornalista não concorda;
- ➍ criação de serviço de atendimento ao cidadão / ouvidoria que permita aos cidadãos criticarem ou elogiarem a produção jornalística dos veículos
- ➎ regra de transparência que torne público quem controla o veículo
- ➏ supervisão pública para a publicidade



ARQUIVO PESSOAL

ANTONINHO PERRI/UNICAMP

“GANHAMOS TODAS AS AÇÕES, MAS A IGREJA SAIU VENCEDORA PORQUE ELA INTIMIDOU”

Elvira Lobato

ASSÉDIO PROCESSUAL

Perseguição por encomenda

Após publicarem reportagens que desagradam os poderosos, jornalistas passam a sofrer dezenas de processos judiciais praticamente simultâneos; para advogados, prática cresce no país

Por Thiago Tanji

A reportagem que estampava o caderno especial da edição de sábado da *Folha de S.Paulo*, em 15 de dezembro de 2007, era assinada por uma jornalista mais do que acostumada com as grandes coberturas. “Universal chega aos 30 anos com império empresarial”, escreveu Elvira Lobato. Repórter desde a década de 1980, ela já havia escrito matérias diversas sobre as telecomunicações no Brasil e revelara histórias marcantes, como a intenção das Forças Armadas brasileiras de preparar um local de testes nucleares na serra do Cachimbo, no estado do Pará, em 1986. Enfim, uma profissional calejada com os conflitos e tensões inerentes ao jornalismo investigativo. Mas o que ocorreu após a publicação daquela reportagem de 2007 seria inédito para ela e para o jornalismo profissional brasileiro.

Alegando que a reportagem sobre os negócios da Igreja Universal do Reino de Deus teria provocado danos morais a fiéis e pastores, 111 ações judiciais foram iniciadas contra Elvira e a *Folha de S.Paulo* — de acordo com reportagens da época, a igreja providenciou uma assessoria jurídica para auxiliar os fiéis a entrarem na Justiça contra a jornalista. Como as ações corriam em juizados especiais cíveis, que recebem causas de no máximo 40 salários mínimos e dispensam a necessidade de um advogado, a equipe de defesa do jornal

tinha dificuldade de unificar as ações (veja mais na página 8).

“Foi uma maneira de dificultar a defesa, como uma punição contra o jornalista e o veículo: as ações não contestavam a reportagem da *Folha*, não dizia que estava errada, mas alegavam que isso atacava a fé, que era uma questão moral”, afirma Elvira ao *Unidade*. A jornalista lembra que, por conta do grande volume de processos simultâneos, era convocada a estar no mesmo dia em juizados de estados diferentes e em locais de difícil acesso, como no interior do Mato Grosso, da Bahia ou do Amazonas — a equipe jurídica da *Folha* mandava representantes no lugar da repórter. “Nós ganhamos todas as ações, mas a igreja saiu vencedora porque intimidou: durante muitos anos, não escrevi sobre a Igreja Universal porque eu tinha perdido a imparcialidade diante desses 111 processos.” Um ano após a publicação da reportagem, Elvira Lobato ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo por esse trabalho.

A tática de constrangimento e intimidação por meio de ações coordenadas na Justiça, que recebe o nome de assédio processual, vem crescendo desde o emblemático caso vivido por Elvira Lobato. E não apenas contra reportagens jornalísticas: no ano passado, a Igreja Universal do Reino de Deus utilizou o mesmo expediente contra o escritor João Paulo Cuenca, que publicara em junho uma mensagem no

Twitter transportando a igreja de Edir Macedo para a célebre frase anticlerical do francês Jean Meslier, escrita ainda no século 18: “o homem só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre”. Tão logo o tuíte começou a viralizar, Cuenca foi alvo de mais de 80 ações em juizados especiais cíveis em quase 20 estados do país.

A Igreja Universal, entretanto, não está sozinha ao adotar esse tipo de prática. No ano passado, Ricardo Sennes, que é comentarista da TV Cultura, recebeu quase 70 processos em 35 cidades após criticar as ações de Jair Bolsonaro para afrouxar as regras de controle de munições e armas. “Ele [Bolsonaro] é um cara que o histórico era de relação com miliciano, com cara da área do armamento, que ele chama de colecionador”, disse Sennes em edição do *Jornal da Cultura* do dia 24 de abril do ano passado. Com uma campanha gestada nas redes sociais, colecionadores de armas ingressaram com ações em diferentes regiões do país e incentivavam outros membros dessa comunidade a entrarem na Justiça contra o comentarista. Nos processos que já foram julgados, favoráveis a Sennes, os magistrados destacaram que o objetivo único da judicialização era causar despesas e incômodos, como uma maneira de intimidação.

“A estratégia é para desestabilizar, fazer com que o jornalista tenha medo de

se manifestar outra vez: os processos se deram em diversas regiões do país, sendo que quase não há processos nas capitais dos estados, há ações em cidades a centenas de quilômetros das capitais”, relata a advogada Tais Gasparian, que defende Elvira Lobato e Ricardo Sennes. Trabalhando há mais de 30 anos com processos relacionados à defesa da liberdade de expressão, ela considera que o crescimento dos casos de assédio processual não é mera coincidência e reflete a interrupção das conquistas obtidas a favor do livre exercício do jornalismo desde a promulgação da Constituição de 1988. “Bolsonaro milita contra a imprensa e contra a livre expressão do pensamento, incitando os cidadãos contra os jornalistas”, afirma.

Já em alguns casos, o abuso das prerrogativas jurídicas contra o exercício do jornalismo é organizado pelos próprios representantes do Poder Judiciário. Foi o que ocorreu com três jornalistas da *Gazeta do Povo*, do Paraná, contra os quais magistrados ingressaram com quase 50 ações judiciais por danos morais. O motivo: a publicação de uma reportagem em 2015 que revelava os supersalários de juizes e desembargadores do estado. Na ocasião, o Sindicato dos Jornalistas do Paraná denunciou as tentativas de retaliação dos magistrados à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu todos os processos contra a equipe do jornal.

Apesar de a maioria das decisões ser favorável aos jornalistas, o atual momento vivido pelas empresas de jornalismo gera preocupações, principalmente pelo desamparo em eventual processo judicial motivado por uma reportagem. “Se eu tivesse que arcar com minha defesa jurídica, seria impossível: por mais rigoroso que você seja com o seu trabalho, não se blinda contra isso”, afirma Elvira Lobato. O jornalista Pedro Marcondes, alvo de ações judiciais da Força Sindical em diferentes estados após uma reportagem publicada na revista *Istoé* em 2011 sobre disputas pelo controle de sindicatos, também não precisou comparecer aos tribunais por contar com a estrutura jurídica da empresa. “Quando você está em uma redação mais estruturada, fica mais fácil lidar com esse tipo de situação. Agora que as pessoas estão em relações mais precárias de trabalho, não sei como fica.”



CAPA

Alexandre Fidalgo, advogado especializado em liberdade de imprensa e de expressão



DIVULGAÇÃO

“ÀS TENTATIVAS DE CERCEAMENTO DA PALAVRA, MAIS ATIVIDADE JORNALÍSTICA”

ASSÉDIO PROCESSUAL

A nova mordida do jornalismo

Ações judiciais em massa prejudicam investigações jornalísticas, perseguem e buscam silenciar os profissionais de imprensa

Por Alan Rodrigues

A tática é o disparo de dezenas de processos ao mesmo tempo, em diversas comarcas do país, contra quem contraria interesses ou incomoda o poder central em Brasília, a igreja ou outras entidades. Ao fim e ao cabo, “muitos dos processos têm o objetivo de incomodar para silenciar”, afirma o advogado **Alexandre Fidalgo**.

Especialista em causas que envolvam liberdade de imprensa e liberdade de expressão, Fidalgo classifica as investidas judiciais contra jornalistas como assédio processual. Defensor jurídico de jornalistas como Ricardo Noblat e comentaristas políticos como Marco Antônio Villa, ele entende que o ajuizamento de diversas ações sobre um mesmo fato é uma afronta ao direito fundamental à liberdade de expressão e de imprensa. “A finalidade das ações era intimidar o jornalista e o veículo, a fim de que nada mais fosse divulgado a respeito do autor da ação”, argumenta Fidalgo.

UNIDADE: Qual é a avaliação do senhor sobre o cenário atual de processos em massa contra jornalistas?

A atividade jornalística sempre, em toda a sua história, independentemente do governo, foi responsabilizada pelos agentes públicos como a causadora dos infortúnios da administração pública. O discurso ataca sempre o mensageiro, esquecendo-se do

verdadeiro ator dos atos publicados pela imprensa.

O discurso político é maniqueísta. Se alguém não concorda com determinada opinião, argumento ou reverbera um fato, automaticamente está no sentido oposto. A partir daí, torna-se alvo de demandas judiciais e de ataques nas redes cibernéticas.

Chama a atenção que inúmeras demandas contra jornalistas e pensadores políticos são ajuizadas por simpatizantes do governo federal, em evidente abuso do direito de ação. A finalidade é intimidar, ameaçar, cercear o direito de manifestação de pensamento.

Há um crescimento de ações desse tipo contra os jornalistas. A que o senhor atribui essa onda?

Após a Constituição Federal de 1988, as demandas contra a imprensa migraram das ações penais para as ações de responsabilidade civil, posto que o texto constitucional deu ênfase – de forma corretíssima – à reparação pecuniária, sempre que violada a intimidade, privacidade, honra e imagem. Se antes houve uma evolução no ordenamento jurídico a permitir o ajuizamento de ações cíveis e, em seguida, as demandas contra a imprensa denotavam uma finalidade de sobrevivência política, há hoje uma inquestionável perseguição com objetivo censório, que não é feita por partidos políticos e tampouco por políticos

ou agentes públicos, mas sim por simpatizantes de alguma ideologia ou algum governo, que agem contra qualquer um que falar de forma contrária ao pensamento político que defendam.

Qual é ou quais são os objetivos dessa enxurrada de processos?

Como as ações são orquestradas, planejadas para serem distribuídas no país todo e ao mesmo tempo, valendo-se, em sua grande parte, da Lei 9099/95 – que dispensa custas processuais, permite que demandas de até 20 salários mínimos sejam ajuizadas sem advogado e, mesmo que improcedentes os pedidos iniciais, não incorrem em sucumbência –, bem como são feitas por simpatizantes que sequer são mencionados na reportagem ou na manifestação crítica, conclui-se que o objetivo desse movimento é o da intimidação, da ameaça, da tentativa de “calar a boca”.

Ao agirem assim, não só manifestam-se contra o indivíduo que processam, mas também contra o sistema jurídico, eis que se valem de lei com finalidade específica – a Lei 9099/95 foi criada, inicialmente, para atender demandas reprimidas e para dar andamento efetivo ao princípio e garantia constitucional de acesso à Justiça –, dando a ela sentido diferente do proposto pelo legislador. Além disso, investem contra o regime democrático, buscando cercear e tolher a atividade jornalística, que deve ser exercida de forma plena.

Há um outro componente, que se mostra presente, talvez por consequência, que é a atuação política. Com a quantidade de ações persecutórias, busca-se, ao final, a preservação de apenas uma perspectiva, de uma narrativa sobre os fatos, exatamente aquela de quem está no poder. Logo, se vencedores, não teremos uma disputa eleitoral em igualdade de condições, não teremos uma sociedade informada a respeito das coisas públicas. Teremos, assim, uma democracia fragilizada.

O movimento persecutório a jornalistas, percebendo não haver o direito postulado, preferiu se aventurar valendo-se da Lei 9099, que não impõe risco financeiro algum.

E mais, o que é bastante grave, a lei, que tem uma proposta diferente daquela manejada pelos grupos que assediam processualmente jornalistas e outros, impõe a presença física dos réus nas audiências de conciliação e de instrução, seja em que

comarca for. Com a pandemia e as audiências virtuais, essa obrigação – e forma de intimidação – perdeu espaço.

O que os jornalistas podem fazer para tentar se defender destes processos em massa?

O combate às demandas ajuizadas por políticos, partidos, agentes públicos e apoiadores de determinada frente política se faz com mais atividade jornalística. O cerceamento da democracia impõe mais atividades democráticas, aproveitando, aqui, a ideia do historiador Michael Lind. Ou seja, às tentativas de cerceamento da palavra, mais atividade jornalística. ■

ERA SÓ O QUE FALTAVA

Em meio à balbúrdia que tomou conta deste país desde a posse de Jair Bolsonaro, um grupo chamado Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil (OACB) criou um “disque-denúncia” para processar quem falar mal do governo. Numa frase: eles querem silenciar os dissonantes. A facção se organiza nacionalmente e propõe uma enxurrada de processos judiciais.

“Se você receber ou se deparar com vídeos, fotos, ou qualquer outro tipo de postagem ofensiva ao presidente Jair Bolsonaro, sua família e membros do seu governo, seja por parte de políticos, artistas, professores ou qualquer um do povo, envie o material para o e-mail”, diz uma imagem divulgada pelo grupo. “VAMOS PROCESSAR TODOS”, promete.

O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, afirmou que pedirá que a Procuradoria da ordem entre com uma ação: “tal ‘entidade’ desconhece ou despreza a Constituição”.

CONVERSA

**Camila Silva,
Ronaldo Matos
e Thais Folego**



ARQUIVO PESSOAL



WILL CAVAGNOLI



ARQUIVO PESSOAL

**FALTA PROGRAMADA:
COM A NECESSIDADE
DE UMA MUDANÇA
ESTRUTURAL QUE, MUITAS
VEZES, É ABORDADA
SUPERFICIALMENTE,
COMO ESTRATÉGIA DE
MARKETING, IMPRENSA
PRECISA ENCARAR O
RACISMO DENTRO DAS
PRÓPRIAS REDAÇÕES**

Presença/ausência de negros na imprensa brasileira

A ausência de pretos e pardos nas redações brasileiras é uma realidade: em 2019, apenas 13% das vagas em empresas jornalísticas eram ocupadas por pessoas dessa cor, de acordo com o levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e divulgado na edição anterior (408) do *Unidade*. É a enorme desigualdade racial da sociedade brasileira que se reflete em nossa categoria. Para ajudar a entender melhor as causas dessa reduzida presença e, principalmente, da ausência de jornalistas afro-descendentes nas redações brasileiras, conversamos com três jornalistas negra(o)s que expõem seus pontos de vistas e, acima de tudo, relatam suas vivências tanto em redações da grande imprensa quanto em veículos alternativos.

A roda de conversa contou com a participação da jornalista carioca Camila Silva, do *Nexo*, que teve passagens pela GloboNews e Rede Globo; Thais Folego, codiretora da *Revista AzMina*, com passagens pelo *Valor Econômico* e *Exame*; e Ronaldo Matos, fundador do *Desenrola e Não me Enrola*, um coletivo e site jornalístico voltado para a cobertura da vida cultural nas periferias e favelas de São Paulo.

É urgente esse debate, e as ações que decorrem dele, no Sindicato dos Jornalistas de SP e na categoria, para além dos esforços já empreendidos pela nossa Comissão de Jornalistas Pela Igualdade Racial (Cojira-SP), da qual participam Camila e Thais. É um problema central, e já passou da hora de nossa entidade encará-lo como tal. Ronaldo vê, com essa discussão, uma mudança política, mas registra que nunca havia sido convidado a participar de nada do Sindicato. Ele avalia que “as transformações econômicas e políticas que a gente vem vivendo nos últimos anos demonstram a necessidade de que o Sindicato saia do centro e vá para a quebrada, porque essa provocação vai fazer com que esses espaços venham para dentro do sindicato de uma maneira mais organizada e mais política, promovendo trocas”.

por **Adrina Franco**
Flávio Carranço
Priscilla Chandretti

CONVERSA

A descoberta do tema

Durante os dez anos em que atuou como repórter no jornalismo financeiro, a única pessoa negra que **Thais Folego** entrevistou, ainda assim rapidamente, foi o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa. Ela conta que nesse período houve uma ausência de pessoas para entrevistar, fato que atribui à inexistência de porta-vozes negros, e que essa vivência solitária também existiu nas redações pelas quais passou. Lembra que na Faculdade Cásper Líbero, onde se formou, só havia mais uma pessoa negra em sua sala. Foi nessa época que começou a militar no movimento negro. Thais migrou, nos últimos dois anos, do jornalismo econômico para o terceiro setor. **“Foi na faculdade que eu comecei a cruzar essa questão de raça com comunicação. Como a maior parte dos negros de pele clara no Brasil – sou filha de pai preto e mãe branca –, a gente se descobre negra ao longo da vida, aos pouquinhos, bem diferente de negros de pele mais escura. Foi na faculdade que comecei a ter essa relação maior com raça em um grupo na Cásper que se chamava Dandaras e fazia um programa de rádio sobre cultura negra.”**

Apesar de ter a pele bem mais escura que a de Thais, **Ronaldo Matos** revela que até os 22 anos de idade não se sentia negro. Na faculdade, conheceu outra jornalista, Thais Siqueira (com quem se casaria), e juntos criaram, em 2013, o coletivo *Desenrola e Não Me Enrola*. Inicialmente apenas um site, se tornou um coletivo responsável pela criação e implementação do treinamento *Você Repórter da Periferia*, programa dedicado à capacitação para a prática do jornalismo de jovens, em grande parte negros e negras, de diferentes territórios das periferias de São Paulo e da Região Metropolitana da cidade, que já está na quinta edição.

Ele explica que seu interesse é desenvolver o jornalismo nas periferias e favelas do Brasil, compreendendo que a população desses territórios é representada na imprensa brasileira de uma forma desconectada do que ela é na realidade. **“Já estava na universidade e não sabia todo o arcabouço de desigualdades raciais e espaciais que estavam conectados com a minha trajetória. E é quase que um crime você não ter essa dimensão. Quantos sujeitos periféricos e favelados no Brasil não têm essa dimensão do que é ser uma pessoa preta? Isso já é de fato um produto da imprensa brasileira e de todo um mercado da comunicação: você não ter uma dimensão do que é ser negro, do que é ser preta e moradora da quebrada. Então o nosso trabalho é sedimentado em desenvolver uma indústria do jornalismo que, minimamente, ofereça um conforto e reparação histórica para este contexto que nós vivemos.”**



ARQUIVO PESSOAL

Camila Silva foi, por cinco anos, a única pessoa negra na redação da GloboNews, no Rio

“AS EMPRESAS NÃO TÊM A CORAGEM E NÃO QUEREM GASTAR NEM ENERGIA, NEM DINHEIRO, NEM TEMPO PARA SAIR DA BOLHA.”
(Camila Silva)

Única aluna negra da sua turma na PU-C-Rio, **Camila Silva** lembra que durante cinco anos também não havia nenhuma outra pessoa negra na redação da GloboNews e que, quando veio para São Paulo, foi a primeira repórter negra de esporte da redação. Diz que não conseguiam colocar defeito no seu trabalho, mas que tinha de falar com pessoas específicas antes de entregar o material, porque não permitiam que o fizesse diretamente. **“Comecei a perceber que isso estava em várias questões. Na GloboNews também. Quando vim para São Paulo, meu desejo era trabalhar com hard news e me disseram que não tinha espaço, sendo que mil pessoas foram contratadas depois de mim e efetivadas. Passaram por um espaço que eu poderia ter ficado e, pra mim, só tinha vaga para ser produtora ou para trabalhar com determinadas coisas, porque não tinha vaga fixa no vídeo. Eu cobria buracos. Só descobri essas nuances, só entendi a pressão que foi ser a única pessoa negra de uma grande redação, muito tempo depois que saí de lá. No Nexa, que é um jornal com chefias muito desconstruídas, encontram-se barreiras também. Esse programa Diversidades está atrasado [Programa Diversidade Racial na Comunicação 2021, lançado pelo Nexa no mês de março, com bolsas para estudantes de jornalismo negras**

e negros]. A gente entendeu que precisa fazer um trabalho para dentro da redação, porque as pessoas não estão preparadas e a redação ainda é branca. Então, em um lugar que é novo, tem um projeto que é focado em diversidade, não tem diversidade.”

Veículos independentes, grande imprensa e diversidade

O crescimento da chamada mídia independente ou alternativa como possibilidade de inserção profissional para jornalistas torna importante a reflexão sobre as características do impacto do racismo institucional nesses segmentos do mercado de trabalho. **Thais Folego** prefere tratar esses segmentos de forma separada, afirmando que são realidades muito diferentes. Ela fala do que define como um processo de aquilombamento dos poucos profissionais negros existentes nas grandes redações, processo não dito mas que faz com que as pautas relacionadas à temática racial sempre acabem em suas mãos: **“Como existe uma falta de letramento racial de fato no Brasil, e como os brancos não se entendem como raça e identidade, não pensam na questão da branquitude e não estudam, isso fica como se fossem guetos e só o jornalista negro tem de cobrir a manifestação do George Floyd ou de qualquer outro negro que é assassinado todos os dias no Brasil.”**

Ela notou ainda que, como a negra única dos espaços, quando explodiu a discussão mais ampla de raça no Brasil, passou a ser muito procurada por grandes redações, por pessoas que trabalham em veículos internacionais e agora abrem vagas procurando pessoas negras. **“Se só tem pessoas brancas na redação, só vai continuar tendo. É um sistema que, de fato, já nos exclui, porque as pessoas brancas só conhecem pessoas brancas, que só fizeram faculdades com pessoas brancas, e fica nesse ciclo vicioso.”**

Thais vê uma situação diferente nas mídias independentes, que segundo ela já nascem com a missão de ocupar um espaço não ocupado de fato pela grande mídia. Afirma que elas têm naturalmente uma diversidade maior, por serem criadas

para preencher espaços ignorados pelos grandes veículos. **“Um dos efeitos dessa reduzida presença (negra) na imprensa é, de fato, não enxergar, quando você abre o jornal ou liga a TV, pautas do seu dia a dia, do seu entorno, de quem você é e coisas que fazem parte da sua realidade, da sua história e das suas narrativas. Mas quando você olha (para a mídia independente) em termos de número de profissionais, financiamento e de estrutura há, obviamente, muito menos pessoas porque são mídias que ainda estão procurando como ser sustentáveis.”**

Uma decorrência é a procura constante de financiamentos, quase sempre de curto prazo, o que dificulta muito a montagem de equipes. Além disso, hoje muitos profissionais dessa área acabam migrando para grandes empresas, as quais procuram jornalistas que têm o olhar para a diversidade. **“Vira e mexe acabamos perdendo pessoal para a grande mídia, porque são justamente esses profissionais que vêm de uma perspectiva mais diversa. Hoje, 60% da equipe d’AzMina é negra, tem mulheres LGTB, então a gente já nasce com esse olhar mais diverso para outras pautas que, agora, a grande mídia começa a procurar mais, e vai pescar nesses outros lugares.”**

Essa visão é confirmada por **Camila Silva**, que detecta uma preguiça das grandes empresas em investir na capacitação de profissionais para lidarem adequadamente com os temas relacionados a raça e diversidade em geral: **“Tem um formato de jornalista que a Thais provavelmente forma n’AzMina, que as empresas vão lá para poder buscar. Mas não têm a coragem e não querem gastar nem energia, nem dinheiro nem tempo para sair da bolha e entender que existem outros tipos de formação e um outro olhar, que é muito rico, pode agregar para o jornal e para a grande mídia e não está dentro dos padrões do que se espera. Mas não são todas as empresas novas e independentes que estão surgindo já com um olhar para a diversidade.”**

O próprio conceito de diversidade é colocado em questão por **Ronaldo Matos**, que afirma ser a reduzida presença de profissionais negros nos grandes veículos uma ausência programada, observando que existem programas de diversidade em redação focados em mulheres trans, homens trans, profissionais pretos, mas que trazem pessoas que reproduzem estereótipos. **“Quando a gente fala da nossa solidão como profissionais pretos dentro de uma redação, ou de uma minoria de dois ou três, a gente está falando: quem é que chega nesse elevador? Gera-se marketing institucional, abre-se espaço para essas pessoas, mas**

elas sempre serão a minoria. Essa coisa de equiparar, da equidade, de 50/50, é um debate que ainda não existe, e é esse debate que a gente precisa fazer.”

Lembrando ser o Brasil o segundo pior país do mundo em mobilidade social, ele vê isso indicar que muitas gerações terão de passar para que os de baixo tenham ascensão. “Se a gente vai levar nove gerações, por que estamos discutindo diversidade e não equidade racial dentro das redações? Para mim, isso é algo urgente. Eu não vejo esse debate. Então, enquanto a gente ficar nisso da diversidade, também estaremos compactuando com estratégias de mercado: a empresa vai utilizar a diversidade para os negros continuarem sendo a minoria e continuarem tendo pouco espaço de voz.”

Ronaldo afirma que existem vários episódios exemplares, mas cita o do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, quando a pressão da internet fez a GloboNews, depois de um debate apenas com pessoas brancas, colocar na tela praticamente todos os seus jornalistas negros comentando as manifestações. “Ao mesmo tempo, a gente vê um foco muito grande em *hard news* e uma ausência de falar de questões estruturais. Então, é muito fácil colocar essa venda nos olhos e fazer um marketing. E a mídia, como tem essa estrutura, faz isso muito bem. Convince com o corpo, com o visual, e faz esse marketing com a informação, mas não rompe estruturalmente e não move a estrutura.”

Instigada pelas colocações de Ronaldo, **Camila Silva** lembra da celebração dos cem anos da *Folha de S. Paulo*, em que o tema da diversidade ganhou relevância, inclusive com o lançamento de um programa de estágios para negros e negras. Ela afirma que não há muito o que celebrar nem bater palmas, mas sim entender o quanto há ou não de publicidade na iniciativa, lembrando ainda que falar em mudança no jornalismo tem muito a ver com rever privilégios. “Às vezes, se promove uma questão para mostrar que está curando uma ferida que, na verdade, foi você quem provocou. Quando você propõe uma mudança para dentro de uma redação ou de qualquer lugar que tenha resistência, está repensando privilégio que o racismo fez estar naquela posição. As pessoas pensam sempre em criar um programa de estágio, um projeto de formação que seja para fora daqui e não pensam em contratar alguém que seja líder de fato, lá em cima.”

É Camila ainda quem alerta para a necessidade de, como jornalista, ter um olhar crítico para determinadas coisas que, segundo ela, são jogadas de marketing, feitas para apagar incêndio. E cita



FLAVIA LOPES

Ronaldo Silva,
no coletivo
*Desenrola e não
me Enrola*, se
dedica a cobrir a
periferia

crutamento e seleção desses jovens, e existem muitos caminhos para isso. Outra [necessidade] é a transformação da grade pedagógica. Se a gente não repensar isso, vai ver o futuro da profissão muito comprometido e elitizado, porque, historicamente, são as mesmas classes sociais que bancam as infraestruturas das empresas de comunicação. E se a gente quiser diversificar e ter equidade, vai ter que fazer esse investimento.”

Lembrando que a primeira faculdade de comunicação é de 1940, **Thais Folego** afirma que a formação universitária em jornalismo é bem recente no Brasil, e o jornalismo foi feito antes por pessoas que não tinham formação superior ou eram formadas em outras áreas. Aprenderam a profissão, de fato, como um ofício e começaram a fazer jornal. “Historicamente, havia mais negros e pardos na profissão, e há o corte justamente quando começa a se ‘profissionalizar’, no conceito eurocêntrico de profissionalização, com exigência de ensino superior. Se vê os negros saindo, e só tem as mesmas pessoas, que conseguiam acessar as universidades.”

Pesquisas

Uma necessidade fundamental para o combate ao racismo estrutural é a produção de informações que permitam conhecer a real situação de uma categoria profissional com relação a esse problema. Uma iniciativa importante que pode ser tomada nesse sentido por empresas e órgãos públicos é a inclusão do quesito raça/cor em seus cadastros de trabalhadores. Outra possibilidade são levantamentos como aquele feito pelo Dieese, citado na abertura desta matéria, ou ainda o *Perfil dos Jornalistas Brasileiros*, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, que inclui a produção de informações sobre jornalistas negros. Dois de nossos entrevistados estão vinculados a projetos nesse âmbito.

Camila Silva coordena uma iniciativa nesse sentido, o *Bafafá*, pesquisa de caráter nacional realizada pela escola de jornalismo online Énois, em parceria com o Google News e com apoio do Insper, para mapear a diversidade nas redações jornalísticas e entender o ambiente e o espaço para profissionais não brancos. O projeto foi vencedor do desafio no Hackathon de Diversidade no Jornalismo, realizado pela Énois, em março de 2020, e que tinha como objetivo criar soluções para a falta de representatividade, diversidade e inclusão no jornalismo. Fundado em 2009, Énois se define como um laboratório que trabalha para impulsionar a diversidade e a representatividade no jornalismo. Seu

“
POR QUE A GENTE
ESTÁ DISCUTINDO
DIVERSIDADE E
NÃO EQUIDADE
RACIAL DENTRO DAS
REDAÇÕES?
(Ronaldo Matos)

novamente o debate da GloboNews sobre o assassinato de George Floyd só com jornalistas negros, lembrando que foi um programa pautado a partir de um *tweet* que dizia: vocês estão falando da questão racial e só tem gente branca. “Aquilo virou um burburinho dentro de uma bolha específica. Foi uma pressão e puseram pessoas pretas para poder apresentar no último dia e, o pior, juntaram todas as pessoas pretas em um programa que só tem seis pessoas. Depois, aquilo vai para a rede e para o *Globo Repórter* e é celebrado porque o país inteiro não está no Twitter e naquela bolha que fez a pressão, então acha que foi uma iniciativa. E não é mais apagar o incêndio, é angariar uma imagem positiva que não se reflete dentro da redação. A gente tem que entender o que é iniciativa de fato. E, no caso da TV, colocar pessoas lá [no vídeo] acaba inibindo o debate de cobrar se estão fazendo alguma coisa. E tem que partir lá de dentro para dizer: não, lá dentro só tem gente branca e continua só tendo gente branca. Jornalista normalmente não coloca o dedo na própria ferida e tem essa dificuldade. Mas eu acho que a gente tem que ter esse olhar e entender o que é maquiagem. Entender o que é perene de fato e, a longo prazo, vai fazer diferença, e o que é publicidade.”

Universidade, diploma e processo seletivo

A falta de profissionais negra(o)s qualificada(o)s pelo ensino superior tem sido um motivo muito utilizado por empresas, inclusive de jornalismo, para justificar a reduzida presença de pessoas com esse perfil em seus quadros. Essa dificuldade de fato existiu, por conta do reduzido acesso de negros e negras ao ensino superior, mas vale lembrar que as primeiras turmas com cotistas das universidades federais já se formaram há cerca de 13 anos e as primeiras turmas do Prouni há cerca de 12, ou seja, há pelo menos uma década profissionais negros qualificados saem das salas de aula das universidades.

A participação de afrodescendentes no ensino superior pode ainda não ser a ideal, mas aumentou muito, o que torna totalmente injustificável a presença de mais de 70% de pessoas brancas nas redações do país. **Camila Silva** lembra de um dado – de cuja fonte não se recorda – de que cerca de 40% dos estudantes universitários são negros, mas a maior parte desse contingente não chega às redações. “Olhando historicamente, tinha essa coisa de que determinadas universidades não chegavam às redações, e as empresas priorizavam as grandes universidades. Acho que é mais uma questão de mentir mesmo, de pessoas dizerem que não acham profissionais: os negros estão nas universidades. E há a questão da territorialidade, sair do eixo Rio-São Paulo, porque a gente tem um Brasil inteiro estudando. Então, não saem do eixo Rio-São Paulo para olhar jornalistas, não saem do centro para olhar a periferia. É uma desculpa que não tem.”

Ronaldo acrescenta a predileção das redações por estudantes da USP, Mackenzie e PUC. “Quem fez essas universidades, ou outras de renome, é recebido com outra expectativa da sua perspectiva de rendimento, de compreensão de demandas do dia a dia, de rotina, de entrega. Há preconceito em relação às universidades que, no imaginário, são um pouco mais deficientes. Para mim, isso diz uma coisa muito simples: precisa haver transformação do processo de re-

CONVERSA



ARQUIVO PESSOAL

“

“UM DOS EFEITOS É
NÃO ENXERGAR
PAUTAS QUE FAZEM
PARTE DA SUA
REALIDADE, SUA
HISTÓRIA E SUAS
NARRATIVAS”

(Thais Folego)

Depois de
passar pela
grande imprensa,
Thais Folego
está na direção
do projeto *AzMina*

ferias e favelas, quando começaram a trabalhar, por que pararam de trabalhar, por que decidiram criar suas próprias iniciativas, quais as principais dificuldades e as principais potências, o que almejam de futuro e como a política pública poderia impactar o seu trabalho.”

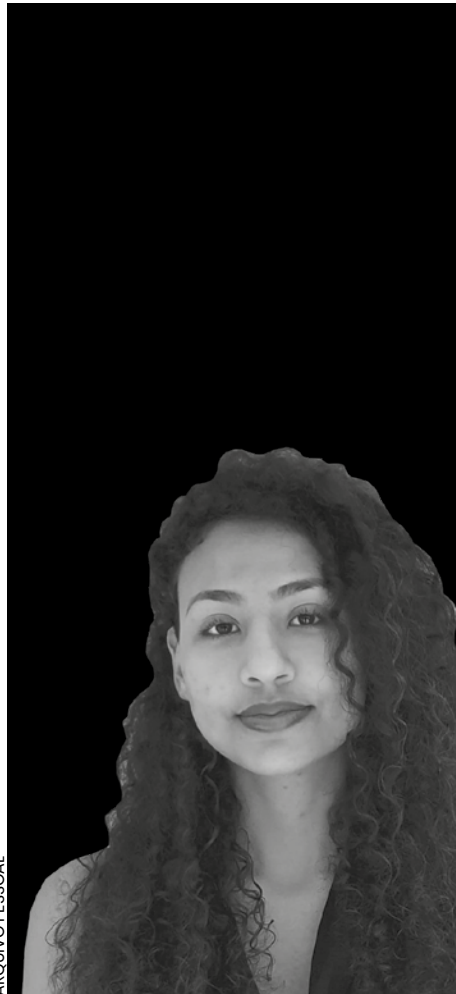
Ronaldo destaca alguns dados desse levantamento que considera mais interessantes: 80% dos entrevistados não tinham a sua iniciativa de comunicação como principal fonte de renda, ou seja, a pessoa trabalhava no seu veículo e tinha outros trabalhos para completar a renda no final do mês e pagar os boletos. Conta ainda que uma pessoa entrevistada disse que desenvolveu o seu projeto de jornalismo em determinado bairro de São Paulo porque não conseguiu espaço no mercado de trabalho. **“Um dado comum é que há uma gama muito grande de pessoas tentando entrar nessa área de comunicação, mas, por questões financeiras, de estrutura familiar e de diversas desigualdades sociais e raciais, não conseguem continuar no setor.”**

E coloca um dado qualitativo: o mercado de trabalho não está preparado para a entrada e a aceitação de profissionais pretos e periféricos, porque são pessoas que chegam nesse espaço com uma série de dores, e querem utilizar suas pautas nas editorias para debater com a sociedade essas dores, compartilhadas com milhões de outras pessoas. **“Outra coisa que a gente percebeu é que 80% do conteúdo dessa galera é autoral. Ou seja, isso quer dizer que não tem uma replicação de material que saiu numa agência X ou Y. Tem investimento em apuração, investigação, angulação, reunião de pauta.”** ■

site informa que, em cursos presenciais, mais de 500 jovens da periferia já se formaram em jornalismo e mais de 4 mil estudantes passaram pela escola de jornalismo online.

A Rede de Jornalistas da Periferia é uma articulação que reúne diversos veículos de comunicação e tem como objetivo disseminar informação produzida pelas periferias para as periferias. Em fevereiro de 2017, no lançamento da rede, faziam parte dela os coletivos Nós, Mulheres da Periferia, Desenrola E Não Me Enrola, DoLadoDeCá, Historiorama: Conteúdo & Experiência, Mural - Agência de Jornalismo das Periferias, Periferia em Movimento, DiCampana, Imagem e Alma Preta.

Foi dessa articulação que surgiu a iniciativa de realização, em 2019, da pesquisa Fórum Comunicação e Territórios em Números (www.comunicacaoeterritorios.org/), que mapeou 97 iniciativas de comunicação nas periferias da cidade de São Paulo e foi coordenada por **Ronaldo**. **“Olhando para o jornalismo e para as diversas linguagens que vão se transformando com a chegada da internet nas periferias e favelas de São Paulo, decidimos que precisamos identificar os veículos, os jornalistas e comunicadores que estão nas peri-**



ARQUIVO PESSOAL

ISABELA DOS SANTOS

Pretos em Pauta

Idealizado e realizado pela jovem (23 anos) jornalista Isabela dos Santos, o projeto Pretos em Pauta consistiu em uma série de *lives* nas quais jornalistas negra(o)s, a maioria da Baixada Santista, falaram sobre imprensa negra, questões de representatividade e da falta de negras e negros nas redações. Nascida em Santos, formada pela Universidade Paulista (UNIP), integrante da Cojira-SP e trabalhando atualmente em assessoria de imprensa, Isabela diz que desde o tempo da faculdade já se interessava pela questão racial, como atesta o tema de seu TCC, um minidocumentário denominado *Por que a pessoa parda não se reconhece como negra no Brasil?*

O projeto consistiu em oito *lives* veiculadas na página do Instagram da jornalista (@isa.jornalista). Na primeira, entrevistou duas colegas que fizeram um TCC sobre a falta de diversidade nas redações da Baixada Santista; em outra, chamou dois estudantes negros de jornalismo, “porque a sala de aula de jornalismo ainda é muito branca também”; e conversou com uma jornalista branca, editora-chefe em uma TV, para falar sobre a importância de os jornalistas brancos reconhecerem a relevância dessa questão; entre outros convidados, chamou ainda Oswaldo Faustino (um dos fundadores da Cojira-SP), que falou sobre imprensa negra.

Isabela diz que divulgou o projeto em 2 de julho de 2020, quando a questão do assassinato de George Floyd, com as mobilizações do Black Lives Matter, estava em plena ebulição, e lembra que nesse mesmo período ocorreu o episódio da GloboNews, em que jornalistas brancos foram substituídos por jornalistas negros para falar de racismo, o que, segundo ela, deixou as pessoas muito atentas sobre como o jornalismo trata desse assunto e também a respeito da falta de jornalistas negros na mídia. “Quando soltei (a primeira *live*), não tinha muitos seguidores – não que tenha – mas vi que pessoas começaram a me seguir por terem assistido às *lives*, as *lives*, principalmente as da região, porque realmente é um assunto pouco falado.”

Isabela avalia o resultado do projeto como bem positivo. “O pessoal acompanhou bastante e também consegui ver que gosto muito desse assunto. Gostaria de procurar mais, porque, com as *lives*, a gente pode escutar mais velhas e pessoas da minha idade falando sobre a falta de diversidade. Vi o público querendo saber mais sobre o assunto. Por isso, vou voltar com o projeto lá para maio, vou trazer *lives*, mas não tantas. Vou trazer mais conteúdo para Instagram por meio, por exemplo, de *posts*, vídeos e *stories*, dar uma dinamizada no projeto para fazê-lo crescer.”

SINDICAL



Em Santos, ato na TV Tribuna teve apoio de vários sindicatos e da CUT. Na capital, houve ação com o Sindicato dos Radialistas em frente à Band, RedeTV! e Record



Resistências às ameaças contra renda e conquistas

Campanhas salariais dos jornalistas são marcadas pelo aumento da organização da categoria, em cenário de alta nos preços de alimentos, aluguéis e combustíveis

EMISSORAS DE RÁDIO E TV INSISTEM EM REDUZIR O VALOR DOS SALÁRIOS E ACABAR COM A PPR

Um dos setores econômicos com maior solidez e capacidade de enfrentar a crise econômica aprofundada pela pandemia, as rádios e TVs paulistas se negam a garantir o mínimo aos profissionais jornalistas: a manutenção do valor dos salários, com reajuste pela inflação do período (5,2%), e das cláusulas que preveem um Programa de Participação nos Resultados (PPR) de até 45% de um salário para trabalhadores de empresas e um abono no mesmo formato para trabalhadores de fundações.

No momento do fechamento desta edição, a proposta colocada na mesa pelas empresas era reajuste salarial de 2,25% em março e 2% em outubro e um abono de 8%. Foi um avanço na negociação (após participação representativa da categoria nas assembleias e adesão significativa das redações ao chamado para vestir preto em um dia de mobilização), mas ainda traz perdas significativas, porque não repõe o valor do salário e retira a cláusula da PPR (empresas) ou abono (fundações).

A reivindicação da categoria, hoje, não é nada além do que a preservação de sua renda, tendo aberto mão de pontos cruciais como a mudança na escala de final de semana (hoje de 1x1) e regulação do home office. A diferença entre essa demanda e a proposta patronal tem grande impacto financeiro.

Uma simulação feita pelo Sindicato dos Jornalistas mostra que, no caso de um jornalista que ganhe na faixa salarial de R\$ 3.000,00, as perdas que resultam da formulação patronal chegam, em um ano, a R\$ 2.057! Para quem ganha cerca de R\$ 5.000,00 e trabalhe em uma grande empresa, com mais de 85 jornalistas, são R\$ 4.216,00 a menos.

Jornalistas cobram o reconhecimento do valor de seu trabalho

“Os jornalistas se expuseram ao risco do contágio desde o início e, ao mesmo tempo, aumentou a busca da população pela informação jornalística. Quem garantiu isso foram os jornalistas e os radialistas, com seu trabalho”, afirma o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Paulo Zocchi.

As emissoras de rádio e TV têm condições de fazer aquilo a que se negam. A Record, por exemplo, recebeu pelo menos R\$ 13 milhões do governo federal em 2020; a Rede Globo teve recuo nos resultados, mas seguiu aferindo lucros altos, com a GloboNews tendo o melhor início de ano da sua história; a audiência das rádios aumentou 74% no ano passado.

PROFISSIONAIS SE MOBILIZAM PARA NOVA CAMPANHA SALARIAL DE JORNAIS E REVISTAS DA CAPITAL

Poucas semanas após concluírem as negociações sobre a Convenção Coletiva relativa a junho/2020 até maio/2021, os jornalistas do setor já debatem e se preparam para a próxima campanha salarial.

O acordo relativo à data-base do ano passado foi assinado, em 18 de fevereiro, com a correção de 2,05% da inflação para salários de até R\$ 10 mil – e fixo de R\$ 205 para os salários acima (a partir de 1º de janeiro), das cláusulas econômicas (a partir de 1º de fevereiro), e manutenção da multa da PLR, a ser integralmente paga até maio, ainda durante a vigência da atual Convenção.

Embora tenha aceitado a proposta patronal, a categoria manteve-se descontente com a negativa das empresas de pagar o reajuste retroativo, a pelo menos, setembro do ano passado, última contra-

proposta dos jornalistas. Mas considerou a preservação do valor real do salário, um ponto de partida para iniciar a campanha salarial 2021-2022 imediatamente.

“A negociação se deu em condições difíceis e, ainda assim, a categoria esteve mobilizada desde o início, em assembleias virtuais que chegaram a reunir cem jornalistas. Nós sabemos que a conjuntura econômica e social continua incerta e apenas com a organização da categoria conseguiremos lutar pela recomposição salarial, ganhos reais e o avanço de demandas importantes, como a questão do home office”, avalia Thiago Tanji, jornalista da Editora Globo e diretor do Sindicato dos Jornalistas.

Os jornalistas criaram uma comissão a partir das redações para aumentar a organização e a capacidade de resistência e mobilização. E querem pautar questões como jornada e horas extras e regulação específica para o trabalho em home office – a Convenção Coletiva já garante a observação da jornada também em trabalho remoto, mas não aborda questões como controle de ponto, ajuda de custo para internet e telefone e outros.

DIREÇÃO DA EBC TENTA TIRAR CONQUISTAS E REDUZIR A RENDA

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), submetida diretamente ao governo federal, jornalistas e radialistas das três praças (Brasília, Rio e São Paulo) enfrentam há meses a tentativa de retirada de direitos inscritos no Acordo Coletivo de Trabalho. Sem qualquer possibilidade de diálogo na mesa de negociação realizada com os militares que hoje dirigem a empresa, a campanha salarial está submetida a uma mediação do vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), responsável por

dissídios coletivos da corte em casos de estatais ligadas à União.

São pelo menos 15 pontos de divergência. Entre eles, o reajuste salarial, a proposta de criar um banco de horas prejudicial aos empregados, e de acabar com a 13ª parcela do auxílio-alimentação (“vale-peru”), o que tem impacto principalmente entre os trabalhadores com salários mais baixos, frente a uma expressiva alta dos preços dos alimentos. Os sindicatos dos trabalhadores destacam que o 13º ticket-alimentação e outras conquistas foram obtidas em anos nos quais os profissionais não tiveram reajuste salarial pela inflação, como forma de compensar as perdas, e que retirá-las significa reduzir a renda – principalmente diante da intransigência do governo federal quanto à reposição salarial.

Os trabalhadores estão em estado de greve. A data-base foi em 1º de novembro. ■

RTV CULTURA: PERDAS SALARIAIS CHEGAM A 43%

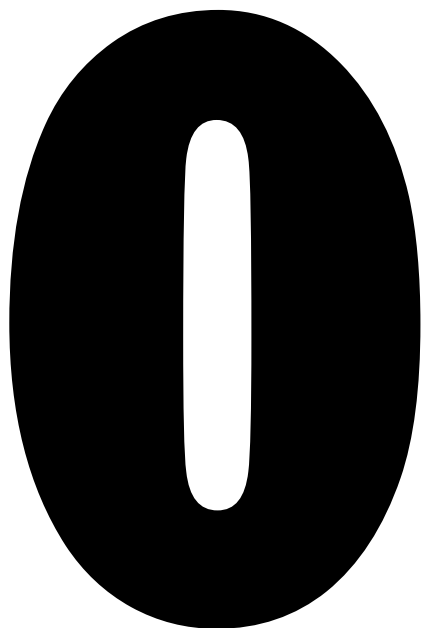
Os jornalistas da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da Rádio e da TV Cultura, estão com os salários praticamente congelados desde dezembro de 2013. A partir desse mês, os profissionais tiveram um único reajuste de 3,5%, em 2018. As perdas acumuladas são de 43%.

Junto com radialistas (que acumulam perdas de 38%), os jornalistas da Cultura insistem na necessidade de formalizar um Acordo Coletivo de Trabalho para todos os trabalhadores da fundação. O maior obstáculo é o governo Doria, que segue a política anterior de não autorizar reajuste e nem formalizar de direitos em acordo. A negociação está em curso, e os sindicatos aguardam retorno do órgão estadual responsável.

DATA-BASE DE JORNAIS E REVISTAS DO INTERIOR É EM JUNHO

Está marcada para 25 de março a assembleia que definirá a pauta de reivindicações dos jornalistas que trabalham no setor de jornais e revistas no interior do estado, Grande São Paulo e litoral. A categoria chega à campanha salarial 2021 com os salários preservados, graças ao acordo assinado em dezembro, que repôs a inflação registrada em junho de 2020.

ARTIGO



s números chamam a atenção: 14.149 jornalistas eram contratados pelo regime CLT no estado de São Paulo, no final de 2019, segundo os dados levantados pelo Dieese a partir da Rais, relatório com as informações do registro em carteira; entretanto, a Pnad (pesquisa por amostra de domicílios) projetava 33 mil pessoas afirmando serem jornalistas no Estado. Conta aproximada: 57% da categoria trabalha sem registro, ou como PJ, ou está desempregada ou sobrevive com outra profissão.

Em 1937, no momento de fundação do nosso Sindicato, travou-se um debate basilar: seria criada ali uma associação de profissionais liberais ou uma entidade de trabalhadores assalariados? Optou-se pela segunda alternativa, com um entendimento claro: o jornalista profissional presta serviços, sobretudo, para empresas, e vive do seu salário. Será que hoje, passados mais de 83 anos, houve uma mudança a tal ponto profunda que nos levaria a reconsiderar, mesmo parcialmente, esse diagnóstico sobre a natureza de nossa identidade? E o papel do Sindicato deveria mudar em quê frente às mudanças?

Além da tecnologia

Não há dúvidas de que o jornalismo está sob forte impacto dos avanços tecnológicos, da tecnologia da informação, da comunicação digital em rede. Ocorrem muitas transformações, mas o foco aqui são as relações de trabalho: há uma redução das redações, espalha-se o trabalho remoto. Mas dá para cravar que uma das causas da crescente precarização do trabalho é, em si, o avanço tecnológico? Não creio, pois, se assim fosse, deveríamos nos opor a ele.

É preciso ter um olhar amplo sobre a questão. Os seres humanos ampliam seus conhecimentos tecnológicos desde a Idade da Pedra. É uma marca contínua da história humana. Desde a Revolução Industrial, há mais de dois séculos, houve um espantoso avanço da ciência e da tecnologia, expresso no vertiginoso crescimento da produtividade do trabalho.

Esse processo não para. Uma dada equipe de jornalistas que precisava trabalhar um dia inteiro para fechar um jornal nos anos 70, antes dos computadores, certamente poderia ser bem menor com os recursos de hoje em dia. Até aí, não há de fato grande novidade. Isso já acontecia antes. A grande diferença, a meu ver, está no regime econômico e social no qual vivemos hoje.

No início do século 19, os operários eram desprovidos de direitos, trabalhavam por horas intermináveis, sem domingo nem férias, mas entraram no século seguinte conseguindo, por meio de suas próprias lutas (e com a formação de sindicatos!), reduzir drasticamente a jornada diária e obter um conjunto de direitos trabalhistas. Em termos econômicos, conseguiram se apropriar de parte do aumento da produtividade do trabalho ocorrida no século anterior, doravante destinada a melhorar o seu padrão de vida.

Se voltarmos ao exemplo da redação, com o avanço tecnológico, poderíamos muito bem manter o mesmo número de jornalistas, reduzir a jornada de trabalho da redação inteira e continuar fechando o jornal. Os lucros da empresa não seriam afetados.

O drama é que vivemos hoje uma era global na qual as empresas buscam se apropriar de todos os benefícios financeiros oriundos do aumento da produtividade do trabalho. Cresce o padrão de rentabi-

Pejotismo é modernização das relações de trabalho?

por Paulo Zocchi

lidade exigido pelo “mercado”. E aí, não só a jornada não cai, como a tecnologia é apropriada para diminuir o número de empregos e se colocar os assalariados na defensiva, para que haja uma reversão do que foi obtido no passado.

Não se trata, porém, de um resultado obrigatório do avanço tecnológico, mas de uma contínua pressão econômica (e, por conseguinte, política) para reduzir custo do trabalho em prol dos empregadores, derrubando o padrão de vida e os direitos de quem vive de trabalho. A isso, é preciso opor uma resistência coletiva.

Pejotismo como fraude

Hoje em dia, já podemos usar a palavra pejotização assim, sem aspas nem itálico. Ao menos num jornal de jornalistas. Ela nasceu lá pelos anos 90, em altos salários, com o chamariz de resultar em menos Imposto de Renda. Aos poucos, espalhou-se.

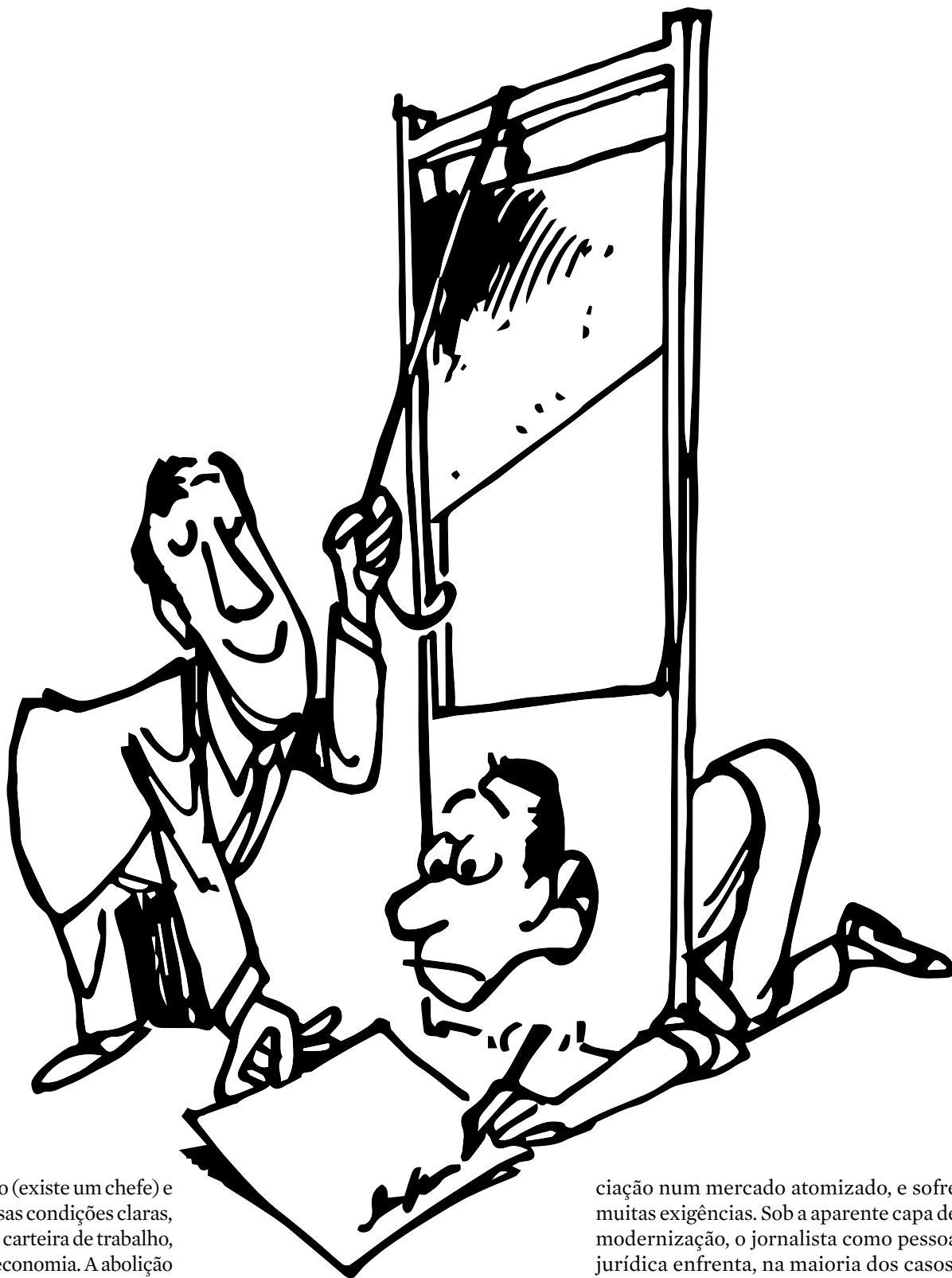
A *IstoÉ* é um bom exemplo. O pejotismo foi implantado há mais de dez anos, mimetizando as relações de trabalho. O jornalista pejotizado continuava com 13º, férias remuneradas, reajuste anual pela Convenção Coletiva da categoria. Naquela época, diretores do Sindicato explicavam aos jornalistas a desvantagem da situação fazendo contas: não havia os 8% mensais de FGTS, nem o INSS etc. etc. Mesmo sob demanda, os fiscais do Ministério do Trabalho – da delegacia instalada na Lapa,

ali perto – demoravam anos para aparecer.

A empresa, porém, passou depois a retirar tudo gradativamente. Caiu o 13º, o reajuste, as férias e, no final, até o salário mensal (em revistas que não saem todos os meses). Quando os pagamentos começaram a atrasar, os jornalistas, em assembleia, demandaram ao Sindicato que entrasse com medidas judiciais. Ficou claro, então, que um sindicato de trabalhadores não poderia representar “empresas” judicialmente. Só poderíamos entrar na Justiça individualmente com ações reivindicando (corretamente) o vínculo empregatício.

Neste percurso de anos, o Sindicato jamais deixou de estar ao lado do conjunto dos jornalistas da Editora Três, quase todos atualmente pejotizados: fez negociações com a empresa, organizou assembleias e até paralisações. Na recuperação judicial em curso agora, defende todos os jornalistas, contratados, PJs e ex-funcionários. Mas os PJs que de fato conseguirão melhores condições de pagamento (tal como na recuperação judicial da Abril) são os que entraram na Justiça para obter o vínculo em carteira.

Até aqui, tratamos do pejotismo como fraude nas relações de trabalho. Sobre isso, é importante pontuar: no Brasil, continuam valendo as condições básicas para reconhecimento do vínculo empregatício (CLT): habitualidade do trabalho, pessoalidade (o prestador do serviço é uma pessoa deter-



© LAERTE

minada), subordinação (existe um chefe) e remuneração. Com essas condições claras, é exigido o registro em carteira de trabalho, em qualquer ramo da economia. A abolição por lei desta garantia seria um retrocesso inédito nas relações de trabalho. Faz parte da identidade de todo sindicato combativo bater-se ao máximo pelo rigoroso respeito do vínculo. Isso vale tanto para metalúrgico quanto para jornalista.

“Eugência”

Mas e quando o jornalista passa a exercer o seu ofício de fato como pequena ou microempresa, prestando serviços para diferentes clientes – como companhias, escritórios ou pessoas de projeção pública? Isso ocorre com frequência, e naturalmente não equivale a fraude de contratação.

Ainda assim, não muda essencialmente a natureza de “trabalhador(a)” da pessoa, por assim dizer, embora mude a natureza jurídica da relação entre partes. Pois o jornalista avulso, na chamada “eugência”, vive com frequência uma piora em suas condições de vida e trabalho. Deixa de ter jornada, e em muitos casos fica sem dias de descanso e sem férias. Em boa parte das situações, seus rendimentos líquidos caem, e ainda há os custos do “negócio”. Seus riscos crescem, e perde proteção.

No lugar do patrão, o jornalista passa a ter os contratantes do seu trabalho, frente aos quais não tem grande poder de nego-

ciação num mercado atomizado, e sofre muitas exigências. Sob a aparente capa de modernização, o jornalista como pessoa jurídica enfrenta, na maioria dos casos, uma realidade de trabalho muito duro para manter uma remuneração digna. Em termos de rendimento, o cenário dominante é de retrocesso.

Sindicato para quê?

As crescentes dificuldades da profissão são tema permanente de debate no Sindicato. Partimos da ideia de que, em todas as situações – e sobretudo nas críticas –, a primeira obrigação dos diretores do Sindicato é estar junto aos jornalistas.

Qualquer que seja a situação do jornalista, o Sindicato deve ser visto como um “espaço” dele para debater com os iguais, para recorrer em caso de necessidade, para elaborar coletivamente os caminhos para chegar ao futuro. Pois, se os operários de dois séculos atrás construíram formas organizadas para obter direitos e regulamentar condições de trabalho, nossa categoria pode almejar isso, contando com uma estrutura já constituída.

Qual é o foco da atuação cotidiana do Sindicato? Em nossa realidade hoje, só pode ser atuar intensamente para preservar as convenções e os acordos coletivos de trabalho, bem como, em sua atuação geral, a legislação trabalhista. É aqui que estão as conquistas básicas de nossa ca-

tegoria, a começar pelos pisos salariais, sem as quais seríamos todos ainda mais precarizados. As condições fixadas neste arcabouço legal são uma referência para toda a categoria profissional, mesmo quando não se trabalha com o registro CLT.

As demais atividades do Sindicato – e são muitas! – organizam-se a partir desta sua obrigação natural. Parte daí a defesa da profissão em sentido amplo, o combate à violência que nos atinge, nossa inserção como categoria na vida política e social do Brasil.

A uberização é o futuro?

O paradigma “moderno” da precarização é a “uberização”. Será um futuro inexorável? Para pensar a respeito, recomendo o vídeo com a entrevista que Paulo Lima (“Galo”), líder dos motociclistas de aplicativos, deu recentemente à TV Folha.

Com a uberização, as empresas derrubam os custos de entrega. Já os prestadores de serviço ficam à mercê do “aplicativo” em todos os sentidos – não sabem se terão trabalho, quanto ganharão etc. Caso se acidentem, estão sozinhos... Suas condições de vida se degradam. Relações semelhantes já atingem a nossa profissão, como no caso de repórteres fotográficos que passam o dia atrás de pautas por conta própria, para depois tentar a venda via agências, sem garantias... A sociedade humana seguirá nesta trilha sem resistência? Galo acha que não, e busca caminhos.

O jornalismo constituiu-se, nas sociedades modernas, como instrumento essencial da democracia. Vê-se atualmente sob ataques de múltiplas formas. Um deles é a precarização das condições de vida e trabalho dos jornalistas, que debilita a própria atividade jornalística. É um retrocesso social de largo alcance. E, como categoria profissional, os jornalistas acompanham a degradação que ameaça o conjunto dos assalariados.

Não sabemos em qual ambiente viveremos daqui a dez ou vinte anos. Mas, se depender da ação de nosso Sindicato, haverá de ser numa sociedade com mais formalidade, garantias e direitos para quem trabalha, e com um jornalismo mais forte e melhor. Consiste nessa luta permanente a nossa própria identidade sindical. ■

Paulo Zocchi é presidente do Sindicato. Trabalhou por 16 anos na Folha de S.Paulo, por dois na TV Bandeirantes e é funcionário da editora Abril desde 2004.

NO BRASIL, CONTINUAM VALENDO AS REGRAS PARA O RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO, PARA A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO EM CARTEIRA: HABITUALIDADE, PESSOALIDADE, SUBORDINAÇÃO E REMUNERAÇÃO

FOTOJORNALISMO



Mulheres em foco

fotos: Eliária Andrade

Muitas histórias já foram registradas pelas lentes de Eliária Andrade. Há mais de 30 anos atuando como fotojornalista, foi o dinamismo da atividade que a fez abandonar o curso de engenharia mecânica para cursar jornalismo. Eliária já esteve nas redações de *O Globo*, *Diário de S. Paulo* e *Diário Popular*, e hoje continua atuando como *freelancer*.

A mulher é foco de uma série de seus trabalhos. Em 2014, documentou, para o projeto *As donas da bola* que integra o acervo digital do Museu do Futebol, as partidas realizadas pelas freiras e técnicas de enfermagem do Hospital Santa Marcelina. Em 2005, retratou, para a exposição coletiva *Se me vejo, me veem*, mulheres vítimas de violência doméstica que tiveram de deixar suas casas para viver em abrigos.

Há cinco anos Eliária tem se dedicado a projetos autorais, como a documentação da tradicional Festa de Iemanjá e das apresentações de carnaval do Bloco Ilú Obá De Min. A fotógrafa também integra a equipe organizadora do Festival de imagens Periféricas, que este ano aconteceu de forma virtual no começo de março. (Texto de Eduardo Viné Boldt)



A mulher negra, sua cultura e resistência. No registro do bloco Ilú Obá De Min (‘mãos femininas que tocam para o rei Xangô’ em tradução livre do iorubá) Lia de Itamaracá e outras vocalistas, a maestrina Beth Beli, Andreia Alves representando Iemanjá e Cibelle de Paula representando Xangô (da esquerda para a direita)



De hábito e chuteira, a irmã Monique Bougert, freira e médica, chega para jogar na construção do Itaquerão (primeira à esquerda). À direita, as irmãs Cláudia e Monique em disputa no ginásio do Hospital Santa Marcelina. Fotos fazem parte do projeto *As donas da bola*



Oferendas à Rainha do Mar: Eliária registrou homenagens prestadas a Iemanjá na Praia Grande (SP)

BOLETIM

STF garante jornada especial no serviço público

Decisão da ministra Cármen Lúcia acolheu a tese do SJSP de que a jornada de trabalho da categoria deve ser respeitada no serviço público sem redução salarial.

No caso concreto, a ação restabelece o salário dos jornalistas da Câmara de Guarulhos, reduzido por meio de um embargo de declaração solicitado pelo município de Guarulhos no processo movido pelo Sindicato contra a Câmara. Uma decisão do Tribunal de Justiça havia determinado a adequação da jornada de 8 horas diárias para 5 horas diárias.

🔗 <https://bit.ly/3by7tRJ>

Jornalistas do Correio Popular em greve

Após 23 dias de paralisação por salários e direitos, os jornalistas do *Correio Popular*, de Campinas, fizeram, em fevereiro, nova proposta à Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) para encerrar a greve: pagamento de dois salários atrasados; manutenção do plano de saúde por um ano em caso de demissão; confissão da dívida trabalhista incluindo todos os direitos; acordo que preveja o leilão judicial de bens da empresa a fim de cobrir os direitos trabalhistas dos funcionários. Enquanto a categoria estava paralisada, a empresa montou uma redação fura-greve para garantir a publicação do *Correio Popular*.

🔗 <https://bit.ly/36WFn13>

Fenaj: jornalistas e jornalismo sofreram 428 ataques em 2020

Os ataques a jornalistas e à imprensa chegaram a 428 casos em 2020, apontou o relatório *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*, da Fenaj – um aumento de 105,77% em relação a 2019. O tipo mais comum de violência foi de descrédibilização da imprensa, com 152 casos, seguido pelos casos de censura, com 85 episódios, e de agressões verbais e ataques virtuais, que totalizaram 76 casos. O relatório relata o assassinato de dois jornalistas.

🔗 <https://bit.ly/3sZbtTe>

Solidariedade de classe

O SJSP participou das carreatas em defesa dos postos de trabalho da fábrica da Ford em Taubaté, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais entidades de classe, e manifestou solidariedade aos trabalhadores da Ford. Em 11 de janeiro, a montadora anunciou o encerramento das atividades no país, o que pode acarretar o fechamento de até 120 mil postos de trabalho.

🔗 <https://bit.ly/3jQkeul> e <https://bit.ly/36wGoMS>

RESENHA

Maurício Melo Júnior leva Kafka à beira-mar do Recife

por João Marques

Em meados da década de 1920, jovens intelectuais se reuniam no Café Continental, esquina da rua do Imperador com a Primeiro de Março, no Recife, para falar de política, literatura, arte e discutir o modernismo; eles partiam do pressuposto de que era necessário um certo respeito ao passado, ao contrário dos paulistas, que queriam negar tudo o que veio antes, para criar a modernidade. É nesse cenário, que Maurício Melo Júnior ambienta seu novo romance, *Não me empurre para os perdidos* (Cepe, 180 págs.). José Lins do Rego, Joaquim Inojosa, Joaquim Cardozo, Austro-Costa, Oscar Brandão, João Barreto de Menezes, Otávio Moraes, Ascenso Ferreira, Gilberto Freyre e Joaquim Pimenta são alguns dos personagens dessa história, e o narrador F. convive com todos eles.

F. é um escritor estrangeiro, que aguarda sua aposentadoria de servidor inválido, enquanto exerce o “detestável” trabalho de tradutor, em um escritório de importação e exportação, no centro do Recife: “transponho para o alemão o que é português e para o português o que é alemão”. O autor não explicita, mas há várias pistas que levam a crer que F. seria Franz Kafka. O escritor tcheco sempre quis vir para a América, e Maurício realiza seu desejo, o traz para o Brasil e o coloca para conviver com toda a intelectualidade recifense da época.

Maurício Melo Júnior é jornalista, documentarista, crítico literário e escritor; foi repórter de cultura do *Correio Braziliense* e, desde 2001, trabalha na TV Senado, onde dirige e apresenta um programa dedicado à literatura brasileira, o *Leituras. Não me empurre para os perdidos* é seu segundo romance. Escreveu *Noites simultâneas* e outros 22 livros, entre crônicas, novelas, infantojuvenis e infantis; é pernambucano e mora em Brasília.

Com o recurso da metaliteratura, costura três histórias e, no início, o livro é apresentado por Max, personagem de uma delas. Max tem tudo, “papéis, riscos, histórias contadas, pedaços de prosas e a missão de queimá-los”; recebeu, pelo correio, um caderno pautado, cujo remetente é “F. - Brazilien”, abre e as histórias começam: a saga de Max, que, por questões burocráticas, demora nove dias para enterrar um amigo – na biografia de Kafka, consta mesmo atraso; há, também, nove capítulos de um romance sobre as aberrações de uma guerra secular, em que os motivos se perderam com o tempo, e um diário. Nele, F. fala das tardes no Café Continental, defende a importância da leitura e da escrita, maldiz seu ofício de tradutor, narra o namoro com Arminda, seu “amor repentino e tardio”, descreve o Recife da época e conquista o leitor; o diário ocupa a maior parte do livro, relata os nove últimos dias de F., que começam no dia 3/6/1924, data da morte de Kafka, e terminam no dia 11, quando foi finalmente sepultado.

Finda-se aqui uma narrativa inútil, embora não me pareça concluída, precisa de retoques, reescritas, ajustes, limpeza dos chavões, cortes nas repetições, mesmo assim posso dormir, com o único pensamento que ainda me inquieta, os fantasmas que me habitam e assombram meu coração. (Trecho do livro) ■

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

Espírito de 45

(Reino Unido, 2013)

Ken Loach

Documentário mostra como ações do Partido Trabalhista, defendendo causas socialistas e combatendo os ideais conservadores de Churchill, ajudaram a sociedade, e como tudo se acabou com Margaret Thatcher no poder.

🔗 <https://vimeo.com/124353555>

Cidade invisível

(BRA, 2021)

Carlos Saldanha

Série de suspense; detetive atormentado pelas investigações de assassinato tenta desvendar o mistério e se depara com personagens da mitologia e do folclore brasileiros. (Netflix)

M-8 Quando a morte socorre a vida

(BRA, 2020)

Jeferson De

Drama baseado em livro de Salomão Polakiewicz conta a história de jovem negro, estudante de Medicina, que enfrenta suas angústias ao tentar desvendar a identidade de um corpo para estudo.

(Netflix)

O tigre branco

(Índia/EUA, 2021)

Ramin Bahrani

Filme baseado em livro de Aravind Adiga conta história de ambicioso indiano, que monta plano para escapar da pobreza e se libertar da servidão a patrões ricos. (Netflix)

DICAS DE LEITURA

Férias na Disney

Bruno Molinero

Patuá, 88 págs.

Depois de *Alarido*, publicado em 2016, jornalista lança seu segundo livro de poesia, que traz versos carregados de prosa e com um recorte claro, retratar a classe média brasileira.

Cidade de papelão

Bruno Blecher

11 Editora, 91 págs.

A partir de suas próprias experiências, e com olhar atento para os detalhes do cotidiano, jornalista estreia na literatura em um dos gêneros mais populares do jornalismo, a crônica.

Mapas para desaparecer

Nara Vidal

Faria e Silva, 136 págs.

Autora do romance *Sorte*, escritora mineira radicada na Inglaterra lança agora livro de contos e parece dar continuidade ao projeto literário de explorar o universo feminino.

Copo vazio

Natalia Timerman

Todavia, 144 págs.

Finalista do prêmio Jabuti, terceiro livro da médica psiquiatra, romance conta a história de Mirela, mulher inteligente e bem-sucedida, que acaba mergulhada em afetos perturbadores, quando se apaixona.

Devo a eles um romance

Ricardo Soares

Penalux, 398 págs.

Narrador em dívida com os amigos, que o acompanharam em suas ambições literárias juvenis, resolve contar a história da turma, da qual o próprio autor é parte, e que vai de meados dos anos 1970 aos dias de hoje.



M-8: estudante tenta desvendar identidade de corpo

Eu me importo

(EUA, 2020)

J Blakeson

Drama cômico e de suspense, baseado em casos reais. Guardiã legal, que vive à custa de pessoas idosas e ricas, encontra vítima que lhe causará sérios problemas. (Netflix)

MEMÓRIA

REPRODUÇÃO



Aristides Lobo
em 1929, nos
primeiros anos
de uma atividade
profissional
marcada pela
combatividade

Aristides Lobo, operário do jornalismo e revolucionário permanente

por Alexandre Linares

Uma placa de bronze é encontrada numa caixa de entulhos na *Folha de S.Paulo*. Um jovem jornalista percebe e recupera a placa, guardando-a. Nela, está escrito: “Nesta redação Aristides Lobo trabalhou 23 anos”. Homenagem de seus colegas de trabalho ao companheiro, presença marcante por mais de duas décadas.

Aristides da Silveira Lobo nasceu em Monte Santo de Minas, no sudoeste mineiro, em 1905. recebeu o mesmo nome do tio, jurista e jornalista republicano, ativo na luta abolicionista.

Em 1923, no Rio de Janeiro, engajou-se nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB), logo após sua fundação. Foi fundador da Juventude Comunista. Após dois anos, mudou-se para a capital paulista, como membro da direção regional do PCB. Colaborou intensamente com o jornal *A Classe Operária*, órgão central do partido. Depois, passou a ser crítico da política de sua direção. Expulso, denunciou essa ação, que atribuiu à “burocracia stalinista”.

Tornou-se um destacado militante na União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) no início dos anos 1930, antes da imposição dos sindicatos oficiais pelo regime do Estado Novo e da fundação de nosso Sindicato. Orador brilhante, segundo seus companheiros, participava ativamente das manifestações públicas e comícios do movimento operário. Foi preso numerosas vezes.

Fez parte da Liga Comunista Internacionalista (LCI), organização vinculada ao combate de Leon Trotsky na Oposição Internacional de Esquerda. Atuou intensamente na produção dos jornais *A Luta de Classe* e *O Homem Livre*, órgão da Frente Única Antifascista (FUA).

Aristides foi profícuo tradutor de clássicos. Traduziu, entre outras obras, *Fontamara*, de Ignazio Silone, sobre as condições de vida e resistência dos camponeses italianos na instauração do fascismo. Colaborador intenso

da editorial Athena, pioneira dos clássicos da filosofia, traduziu Blaise Pascal, Erasmo de Roterdã, François Rabelais, Dante Alighieri, René Descartes e Cesare Beccaria, além de *Madame Bovary*, obra máxima de Gustave Flaubert. Entre as obras políticas, traduziu *Estado e Revolução* de Lênin, e o *ABC do Comunismo*, de Nikolai Bukharin.

Fundação do Sindicato dos Jornalistas em 1937

Em seu livro sobre a história do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, José Hamilton Ribeiro conta que, em 1937, Aristides Lobo estava “apalavrado para ir à reunião de fundação do Sindicato naquele dia 15, mas acabou não indo por força maior: recém-saído da cadeia, estava fugido”.

Aristides Lobo faz parte de uma geração de jornalistas perseguida pela ditadura do Estado Novo. José Hamilton Ribeiro registra que “nesse abril de 1937, muitos companheiros que participariam daquela reunião estavam presos, clandestinos e ou escondidos. Entre eles Victor Azevedo, Hilário Correia, Eugênio Gertel, Hermínio Sacchetta, Aristides Lobo. E uma mulher, Patrícia Rehder Galvão, a Pagu”.

Em sua vida profissional, trabalhou como professor de português, tradutor, revisor e redator. Foi bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entre 1939 e 1948. Passa a trabalhar como redator na *Folha da Manhã* em 1945.

Em 1957, escreveu e apresentou as teses adotadas pelo 8º Congresso Nacional dos Jornalistas, no Rio de Janeiro.

Morreu em novembro de 1968, e seu corpo foi sepultado no Mausoléu do Jornalista, mantido pelo Sindicato no Cemitério São Paulo. Na redação da *Folha de S.Paulo*, sua morte causou comoção. “Aristides foi um homem que se fazia respeitar porque respeitava a cada um dos homens. Desaparece quem fez da lealdade o primeiro princípio da ação”, disse o então colega Celso Ming. ■

CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO com TETOS de
R\$ 38 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 para a Capital

FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO: atendimento@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699



COLUNA DO JUCA

O quarto poder

por Juca Kfoury

A BOIADA ESTÁ PASSANDO, OS CÃES ESTÃO LADRANDO E O SILÊNCIO DOS BONS É INADMISSÍVEL

Ainda sobrevive a falsa ideia de que a imprensa é o quarto poder.

Será mesmo?

Pois, vejamos: os principais jornais dos Estados Unidos, *The New York Times* e *The Washington Post*, passaram todo o período das penúltimas eleições no país batendo na tecla do perigo que seria a vitória de Donald Trump. E ele ganhou a eleição.

Veio a perder só agora e parece que a influência dos atletas da NBA prevaleceu sobre a dos jornalões.

Já no Brasil aconteceu diferente.

Em 2018 estabeleceu-se a falsa questão entre o que seriam dois extremos e a imprensa fingiu que não via o perigo de uma vitória da barbárie, do atraso, do negacionismo, da ode à tortura, das milícias. Deu no que deu, deu, aliás, no que está dando.

A jornalista algum era lícito ignorar quem era aquele deputado abjeto — e mesmo assim o tapete acabou estendido para que ele tomasse o Palácio do Planalto de assalto.

Digamos que sobre o justiceiro de Curitiba e seus procuradores amestrados soou mais compreensível o engano inicial, embora hoje seja inconcebível que ainda haja, nos meios de comunicação não comprometidos com o atraso, quem o alivie.

Voltemos ao tema das autocríticas.

Quem preferiu o capitão expulso do Exército ao professor da USP não se sente obrigado a pedir desculpas ao Brasil?

Porque qualquer coisa era preferível ao PT? Mas o PT ameaçou fechar o STF? O Congresso Nacional? Pregou o fim dos jornais que o criticavam? Fez apologia da tortura? Campanha contra vacinação? Desmatou a Amazônia, o Pantanal?

Alguma coisa, e não é pouca, segue fora da ordem nacional.

Bem-vindos os arrependidos como o ex-presidente da Câmara dos Deputados, embora certos erros não possam ser desculpados apenas com uma declaração para seguir adiante como se o dano estivesse reparado.

Urge uma atitude séria da imprensa brasileira em busca de recuperar a credibilidade perdida entre os que não fazem parte do gado fanatizado.

Esforço que vai das pessoas jurídicas às físicas, porque, infelizmente, não foram poucos os jornalistas, “abutres”, que se lambuzaram eticamente como cada vazamento da Lava-Jato demonstra de maneira estarrecedora.

A boiada está passando, os cães estão ladrando e o silêncio dos bons é inadmissível. ■

TRAÇO LIVRE | por Carol Ito

Carol Ito é quadrinista e jornalista, trabalha com HQs sobre comportamento, política e gênero desde 2014, com o blog *Salsicha em Conserva*. É fundadora do *Políticas*, projeto de divulgação de quadrinhos com o tema feitos por mulheres e pessoas não-binárias. Atualmente, publica nas mídias sociais da revista *TPM*. Em 2020, foi indicada ao Troféu Angelo Agostini, na categoria “melhor cartunista”.

Conheça mais: [@carolito.hq](https://carolito.hq) | [@politicashq](https://politicashq)